



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ANA CLÁUDIA SANTOS CAMERANO

**A INVISIBILIDADE DAS NARRATIVAS AFRICANAS EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS: o caso da Rainha Nzinga.**

Florianópolis
2018

ANA CLÁUDIA SANTOS CAMERANO

**A INVISIBILIDADE DAS NARRATIVAS AFRICANAS EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS: o caso da Rainha Nzinga.**

Monografia submetida ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para obtenção de grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Karine de Souza Silva

Florianópolis
2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir nota **NOVE E MEIO** à acadêmica Ana Cláudia Santos Camerano na disciplina CNM 7280 – Monografia, pela apresentação do trabalho intitulado **A INVISIBILIDADE DAS NARRATIVAS AFRICANAS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS: o caso da Rainha Nzinga.**

Banca Examinadora:

Karine de Souza Silva

Emilly Fidelix

Clarissa Franzoi Dri

Dedico a todos os autores e autoras africanos/as de literatura ficcional que aguçaram minha imaginação e me inspiraram em seus livros.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, dedico este trabalho aos meus pais. À minha mãe, por sempre ter me incentivado a sonhar alto e me habituado a leitura desde pequena. Ao meu pai, por ter feito das livrarias o meu lugar preferido e por nunca me negar um livro. Tenho certeza de que esta conquista acadêmica é por causa de vocês.

Aos meus primos, Tatiana e Paulo Vitor, que são quase irmãos para mim e sempre estiveram dispostos a ouvir meus desabafos por todos esses anos. Talvez vocês não saibam, mas as suas presenças fazem a minha vida ser mais completa.

Às minhas amigas de infância Ana Clara, Ariel, Bruna, Erika, Gabriela, Isadora, Luiza e Suani, por continuarem na minha vida por todos esses anos. Só posso agradecer ao imenso carinho que vocês tiveram comigo durante essa jornada.

Aos meus amigos da Universidade, que desde o começo estiveram presentes nos momentos mais felizes da minha vida acadêmica. De vocês, eu encontrei a amizade sincera e o amor.

À equipe da WeGov, que desde o começo dessa jornada foi compreensiva em todos os momentos, desde me ajudar na construção deste trabalho até nos momentos de mais emoção. Obrigada por tornar o meu dia-a-dia um lugar mais divertido.

Finalmente, à professora Karine, por ter me auxiliado em todos os momentos e por ter me deixado embarcar junto nesse desafio de estudar sobre a rainha Nzinga. Meu maior obrigada por ter sido minha referência dentro da Universidade.

RESUMO

CAMERANO, Ana Cláudia S. **A invisibilidade das narrativas africanas em Relações Internacionais: o case da Rainha Nzinga**. 2018. Monografia – Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

A presente monografia tem como tema de investigação a literatura de ficção em África para a decolonialidade das Relações Internacionais através do estudo de caso da rainha Nzinga Mbandi. A escolha por tal caso se dá pelo fato de esta personagem ter sido amplamente representada na literatura ficcional e, até o presente momento, não foi analisada por uma perspectiva de Relações Internacionais. Nesse sentido, o objetivo geral do trabalho é o de analisar, a partir do estudo de caso da rainha Nzinga, a importância de se introduzir a literatura de ficção para as Relações Internacionais a fim de compreender as colonialidades em África. Para se atingir ao objetivo geral proposto, a presente monografia foi dividida em três capítulos, os quais dizem respeito aos objetivos específicos elencados. O primeiro capítulo corresponde ao estudo de caso da rainha Nzinga, onde se realizará a análise de sua história e revelará as suas representações literárias em África. O segundo capítulo se refere às colonialidades denunciadas em África pela narrativa de Nzinga. Buscar-se-á elucidar tais colonialidades, destacando as mais pertinentes ao caso da rainha, que são a colonialidade do conhecimento e a de gênero. Por fim, o terceiro capítulo versa sobre a literatura de ficção em África como uma ferramenta decolonial das Relações Internacionais pela análise da narrativa de Nzinga. Serão utilizadas, como base conceitual, as teorias pós-coloniais e decoloniais durante todo o trabalho. Tratar-se-ão de exprimir a intersecção entre a literatura de ficção e as Relações Internacionais, bem como as funções e importância exercida por tal literatura em África. Pretende-se, em última instância, incluir a literatura de ficção como instrumento para a decolonizar e incorporar a narrativa de Nzinga nas Relações Internacionais, feito que, até o presente momento, não se tem conhecimento em estudos da disciplina no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Colonialidade. África. Literatura de Ficção. Invisibilidade. Relações Internacionais.

ABSTRACT

CAMERANO, Ana Cláudia S. **The invisibility of African narratives in International Relations: the case of Queen Nzinga**. 2018. Monografia – Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

This study has as research theme the fiction literature in Africa for the decoloniality of International Relations through the case study of Queen Nzinga Mbandi. The choice for this case is due to the fact that this character has been widely represented in the fictional literature and, to date, has not been analyzed by an International Relations perspective. In this sense, the general objective of the work is to analyze, from the case study of Queen Nzinga, the importance of introducing fiction literature for International Relations in order to understand the colonialities in Africa. In order to achieve the proposed general objective, this study has been divided into three chapters, which relate to the specific objectives listed. The first chapter corresponds to the case study of Queen Nzinga, where the analysis of her story will be realized and will reveal her literary representations in Africa. The second chapter refers to the colonialities denounced in Africa by Nzinga's narrative. It will be sought to elucidate such colonialities, highlighting the most pertinent to the queen's case, which are the coloniality of knowledge and that of gender. Finally, the third chapter will deal with fiction literature in Africa as a decolonial tool of International Relations from the perspective of Nzinga's narrative. The postcolonial and decolonial theories will be used as a conceptual basis throughout the work. They will attempt to express the intersection between fiction literature and International Relations, as well as the roles and importance of such literature in Africa. The interest in conducting this research is to contribute to a decolonial approach to International Relations. Ultimately, it is intended to include fiction literature as an instrument for decoloniality and to analyze Nzinga's narrative from the perspective of International Relations, a fact that until the present moment is not known in studies of the discipline in Brazil.

KEY WORDS: Coloniality. Africa. Fiction Literature. Invisibility. International Relations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa político dos reinos do Ndongo e Matamba.....	15
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 O ESTUDO DE CASO DA RAINHA NZINGA MBANDI E SEU PAPEL NA LITERATURA DE FICÇÃO EM ÁFRICA.....	13
1.1 Considerações iniciais	13
1.2 A historiografia de Nzinga Mbandi: a trajetória biográfica até a ascensão ao trono	16
1.3 A rainha dos reinos do Ndongo e Matamba: a soberania de Nzinga	19
1.4 A construção da imagem de Nzinga: gênero e os simbolismos na literatura de ficção	25
2 AS COLONIALIDADES EM ÁFRICA REVELADAS PELA NARRATIVA DA RAINHA NZINGA	32
2.1 Considerações iniciais	32
2.2 A colonialidade do conhecimento: divisão epistemológica entre o ocidente e não-ocidente.....	34
2.3 A colonialidade de gênero: questionamentos sobre a intersecção de gênero e modernidade colonial.....	44
3 A LITERATURA DE FICÇÃO EM ÁFRICA COMO INSTRUMENTO DESCOLONIAL DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	49
3.1 Considerações iniciais	49
3.2 A relevância da literatura de ficção em África: o processo de recontar histórias silenciadas pelo colonialismo	51
3.3 As funções exercidas pela literatura de ficção em África: do processo de emancipação política a construção de uma modernidade própria.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS.....	67

INTRODUÇÃO

A presente monografia tem como tema de investigação a literatura de ficção em África para a descolonização das Relações Internacionais através do estudo de caso da rainha Nzinga Mbandi. A escolha por tal caso se dá pelo fato de esta personagem ter sido amplamente representada na literatura ficcional e, até o presente momento, não foi analisada e nem incorporada nas Relações Internacionais.

Nzinga Mbandi foi uma personagem emblemática do século XVII em África. Sua trajetória foi marcada por muitas ambiguidades e representações historiográficas as quais marcaram uma construção simbólica em torno de um imaginário da sua figura. Embora se tenha conhecimento sobre algumas fontes documentais acerca de Nzinga, é importante observar que grande parte da documentação oficial da época não consta a presença de mulheres ocupando espaços de poder e reinado. Sobretudo, é necessário manter um olhar crítico para as referências da época que relatam a sua trajetória pois partem invariavelmente de discursos de estrangeiros, colonizadores e militares do sexo masculino, os quais documentavam os interesses institucionais da colônia portuguesa.

Partindo para um breve panorama de sua narrativa, Nzinga viveu entre 1580 e 1660 nos reinos do Ndongo e Matamba, que hoje compõem o território da atual Angola. A morte de seu pai, o então rei do Ndongo, legou ao trono o meio-irmão de Nzinga, que não possuía aptidões de governança e boas relações com os portugueses na região. Por tal motivo, em 1622, Nzinga é enviada a Luanda como emissária do rei, seu meio-irmão, para negociar a investida dos portugueses dentro dos reinos. A visita, por fim, transforma-se em uma jogada estratégica de Nzinga para com o reino do Ndongo, demonstrando suas exímias aptidões como diplomata, negociadora, estrategista e "chefe de Estado". Tal momento histórico é o ponto de partida pelo qual Nzinga vai se configurar como soberana dos reinos Ndongo e Matamba.

Como soberana, soube impor-se perante às adversidades da governança nas mãos de uma mulher. Sua liderança era obstinada e implacável, preservava sua posição de soberania ao exterminar e caçar inimigos, recompensando aliados e súditos e concebendo relações diplomáticas pertinentes ao seu reinado. Além disso, soube driblar o estranhamento português com o governo "em mãos femininas" portando-se firmemente, instruída e excepcionalmente diplomática.

A grande maioria das informações sobre a biografia de Nzinga partem da obra *Descrição Histórica dos Reinos do Congo, Matamba e Angola*, do autor Giovanni

Antônio Cavazzi de Montecúcolo, um capuchinho que esteve presente na corte de Nzinga. Cavazzi utiliza-se de seu relato para salientar os momentos de "barbárie", expor os crimes e pecados supostamente cometidos por Nzinga e depreciar sua imagem em detrimento de suas habilidades extraordinárias.

Sob o ponto de vista ocidental – e, nesse caso, invariavelmente masculino, heterossexual e branco – tais habilidades como a eloquência, inteligência e diplomacia efetivamente não pertenciam a uma mulher, especialmente uma mulher negra e colonizada. O discurso oficial em torno de sua trajetória foi absolutamente enviesado, colonial e não permite compreender, de maneira fiel, sua história. É por tal motivo que a literatura de ficção africana surge de maneira a denunciar a(s) colonialidade(s) existente em sua narrativa.

O aspecto colonial presente na narrativa de Nzinga não diz respeito simplesmente ao período histórico da colonização em África, ele vai muito além da tramitação política e burocrática que permeia esse processo. Apesar de o colonialismo em África ter praticamente se extinguido na atualidade, a colonialidade ainda é um modo presente de distinção entre o ocidente e não-ocidente. Ao analisarmos a história de Nzinga, é possível perceber seu enquadramento no que tange à colonialidade do conhecimento e a colonialidade de gênero. A literatura de ficção, por sua vez, surge como um instrumento de compreensão dessas colonialidades, em especial para as Relações Internacionais, ao trazer à luz a narrativa de Nzinga por um olhar real, oriundo dos espaços não-ocidentais do saber.

Feita esta breve contextualização, a presente monografia parte do interesse de se compreender as colonialidades denunciadas pelo estudo de caso da rainha Nzinga e de qual pode ser o papel da literatura de ficção para a decolonialidade das Relações Internacionais. Destarte, a presente pesquisa tem o intuito de responder à seguinte pergunta: Como a introdução da literatura de ficção em Relações Internacionais é importante para compreender as colonialidades em África, tal qual exposto pelo caso da rainha Nzinga?

De maneira a encaminhar esse questionamento, procura-se partir da hipótese de que a literatura de ficção africana em Relações Internacionais é importante pelo fato de que possibilita uma contra-narrativa ao revelar as histórias silenciadas e alteradas pelo colonialismo, tal qual o exemplo trazido da rainha Nzinga. O argumento central está em destacar a literatura como instrumento decolonial das Relações Internacionais, elucidando as colonialidades em África e permitindo um desvelar de narrativas. Isto exposto, esta

monografia tem por objetivo geral analisar, a partir do estudo de caso da rainha Nzinga, a importância de se introduzir a literatura de ficção para as Relações Internacionais a fim de compreender as colonialidades em África.

Cabe ressaltar aqui que a literatura de ficção africana é considerada como instrumento historiográfico legítimo em vários campos do conhecimento como, por exemplo, para a própria disciplina de História. Portanto, este estudo propõe-se incorporar a literatura em África também para o campo das Relações Internacionais.

A metodologia utilizada neste trabalho fundamenta-se no estudo de caso a partir da bibliografia existente sobre Nzinga, com ênfase nos autores literários oriundos de África e do Sul Global. A pesquisa bibliográfica será o principal procedimento de investigação a ser usado para desvendar e relacionar conceitos, ideias e características do objetivo geral. Para tal, serão utilizadas fontes secundárias como livros, literatura ficcional, textos e artigos de caráter científico, além da bibliografia sugerida pela orientadora conforme o decorrer da pesquisa. Grande parte das fontes têm origem estrangeira, e os trechos utilizados nesta monografia advindos de tais fontes foram traduzidos, em caráter não-oficial, pela autora. A apresentação dos resultados será puramente qualitativa, transmitindo-os através de conceitos, ideias e percepções decorrentes da extensa pesquisa.

Essa monografia situa-se no campo dos estudos pós-coloniais e da Modernidade/Colonialidade. Em se tratando de promover um pensamento decolonial das Relações Internacionais, atentou-se ao uso de bibliografias oriundas de lugares não-ocidentais, na medida em que foi possível. Nesse sentido, os tópicos apresentados nesse estudo se esforçaram por trazer autores e autoras condizentes ao tema, ou seja, buscou-se estudar fontes escritas por mulheres no que diz respeito à colonialidade de gênero e se apresentou a literatura de ficção protagonizada por Nzinga oriunda de autores do Sul Global. É importante observar de que optar por essa visão decolonial de estudo não quer dizer invalidar todo o processo científico e de conhecimento oriundo do ocidente, mas sim atentar ao fato de que é preciso incluir vozes, percepções e perspectivas ocultadas pela colonialidade ocidental.

O interesse em realizar esta pesquisa é para contribuir a uma abordagem decolonial das Relações Internacionais, movimento que vem crescendo recentemente na disciplina. Pretende-se, sobretudo, incluir a literatura de ficção como instrumento para a decolonialidade e analisar a narrativa de Nzinga pela perspectiva das Relações Internacionais, feito que, até o presente momento, não se tem conhecimento em estudos

da disciplina no Brasil. Espera-se que o ineditismo da proposta fomente mais pesquisas acerca de uma historiografia da rainha no cenário brasileiro de Relações Internacionais.

Para se atingir ao objetivo geral proposto, a presente monografia se preocupou em introduzir a figura da rainha Nzinga, como também apresentar a literatura de ficção africana como ferramenta de estudo nas Relações Internacionais. Para tanto, dividiu-se este trabalho em três capítulos, os quais dizem respeito aos objetivos específicos elencados.

O primeiro capítulo corresponde ao estudo de caso da rainha Nzinga, onde se realizará a análise de sua história e revelará as suas representações literárias em África. O segundo capítulo se refere às colonialidades denunciadas em África pela narrativa de Nzinga. Buscar-se-á elucidar tais colonialidades, destacando as mais pertinentes ao caso da rainha, que são a colonialidade do conhecimento e a colonialidade de gênero. Nesse mesmo capítulo serão aprofundados o que se entende por colonialidade e os estudos pós-coloniais embasados na Modernidade/Colonialidade para esta monografia. Por fim, o terceiro capítulo versa sobre a literatura de ficção em África como uma ferramenta decolonial das Relações Internacionais pela perspectiva da narrativa de Nzinga. Tratar-se-ão de exprimir a intersecção entre a literatura de ficção e as Relações Internacionais, bem como as funções e importância exercida por tal literatura em África.

Por fim, é fundamental destacar que esta pesquisa foi realizada no âmbito do Eirenè – Centro de Pesquisas Pós-Coloniais e Decoloniais aplicados ao Direito Internacional e às Relações Internacionais –, o qual é associado ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina.

1 O ESTUDO DE CASO DA RAINHA NZINGA¹ MBANDI E SEU PAPEL NA LITERATURA DE FICÇÃO EM ÁFRICA

1.1 Considerações iniciais

A questão do pós-colonialismo e a inclusão de novas abordagens para as Relações Internacionais vêm ganhando força em um amplo debate na disciplina. Com os movimentos de descolonização em África, o cenário internacional consequentemente se transformou, abarcando as recentes nações independentes. Ainda que esse debate esteja em formação, é certo de que o movimento pós-colonial contribuiu para novas perspectivas, para além da eurocêntrica, nas Relações Internacionais.

Para Edward Said, um dos expoentes do movimento teórico pós-colonial, a abordagem pós-colonialista em Relações Internacionais tem gerado importantes resultados em uma proposta de se descolonizar a disciplina, tanto em seu escopo teórico-científico quanto nas relações globais no cenário internacional (SAID, 2011). Denota-se, portanto, de que o pós-colonialismo busca desconstruir a narrativa *mainstream* em Relações Internacionais, ou seja, contestar a visão eurocêntrica e colonizadora que permeou todo o campo de conhecimento no tema. Para tanto, entende-se de que o pós-colonialismo busca não somente abarcar novas visões teóricas para as Relações Internacionais, mas também servir de ferramenta de voz aos povos subalternizados pelo colonialismo, em um movimento de resistência aos discursos e práticas dominantes ao oferecer contra-narrativas às ocidentais.

Sob essa perspectiva, pode-se compreender de que incluir narrativas silenciadas pelo colonialismo às Relações Internacionais contribui para o enriquecimento do debate pós-colonial da disciplina. Por tal motivo, o presente trabalho tem como tema de estudo a narrativa da rainha Nzinga Mbandi como exemplo de literatura ficcional em África para a decolonialidade das Relações Internacionais. A escolha por tal caso se dá pelo fato que esta personagem tem sido amplamente representada na literatura de ficção oriunda das regiões subalternas e, até o momento desse estudo, não foi analisada por uma perspectiva de Relações Internacionais.

¹ É comum encontrarmos diversas formas gráficas de escrever o nome da rainha Nzinga. Para este trabalho, adotou-se a forma de escrita *nz* por se assemelhar à grafia da língua kimbundu, da época em que a personagem viveu. (PANTOJA, 2010). Optou-se, todavia, por respeitar a grafia utilizada por cada autor citado neste trabalho. Portanto, as formas de escrita *Jinga*, *Njinga* e *Ginga* serão encontradas nas citações diretas, conforme escritas nos textos originais.

Em relação a escritos de caráter científico à época dessa personagem, há uma certa escassez de histórias. No que tange à produção literária ficcional, no entanto, Nzinga abunda em referências. Dito isso, o argumento central está em destacar a literatura como instrumento decolonial das Relações Internacionais, permitindo desvelar narrativas ocultas pelo colonialismo. Portanto, este trabalho tem por objetivo geral analisar, a partir do estudo de caso da rainha Nzinga, a importância de se introduzir a literatura de ficção para as Relações Internacionais a fim de compreender as colonialidades em África.

Para atingir tal objetivo, este capítulo tem a finalidade de introduzir o estudo de caso da rainha Nzinga, onde se realizará a análise de sua história e revelará as suas representações literárias em África. Para melhor compreensão do assunto, este capítulo abrangerá uma breve descrição historiográfica de Nzinga Mbandi e sua trajetória de poder nos reinos do Ndongo e Matamba. Seguir-se-á, então, apresentando as muitas representações históricas feitas de Nzinga, relacionando a bibliografia da época à contemporânea, com enfoque especial às atribuições relacionadas enquanto mulher africana colonizada. Por fim, convém destacar o seu protagonismo na literatura de ficção africana e a construção simbólica erguida em torno de sua narrativa, enumerando alguns autores importantes no cenário literário africano os quais trouxeram a figura emblemática de Nzinga em seus romances.

Antes de se adentrar no percurso biográfico de Nzinga é necessário considerar dois fatores iniciais importantes para sua história: a delimitação espaço-temporal a qual se considera para este trabalho e a fonte histórica da qual provém as principais informações. Em relação a delimitação geográfica, sabe-se que Nzinga viveu entre os reinos do Ndongo e Matamba, que se constituíram pré-regiões da atual Angola no século XVI e XVII. É sabido que tais reinos foram pouco citados na historiografia em comparação às informações referentes ao Congo, vizinho de ambos os reinos. Estima-se que, devido aos longos conflitos entre portugueses e a sociedade mbundu² do reino do Ndongo, pouco estudo tenha sido feito sobre tal região (OLIVEIRA, 2011).

Ambos os reinos do Ndongo e Matamba pertenciam, politicamente, ao reino do Congo. Em relação ao Ndongo “não se sabe ao certo se [o reino] teria conquistado sua ‘independência’ do Congo por volta de 1556 ou se isso ocorreu de forma gradual”

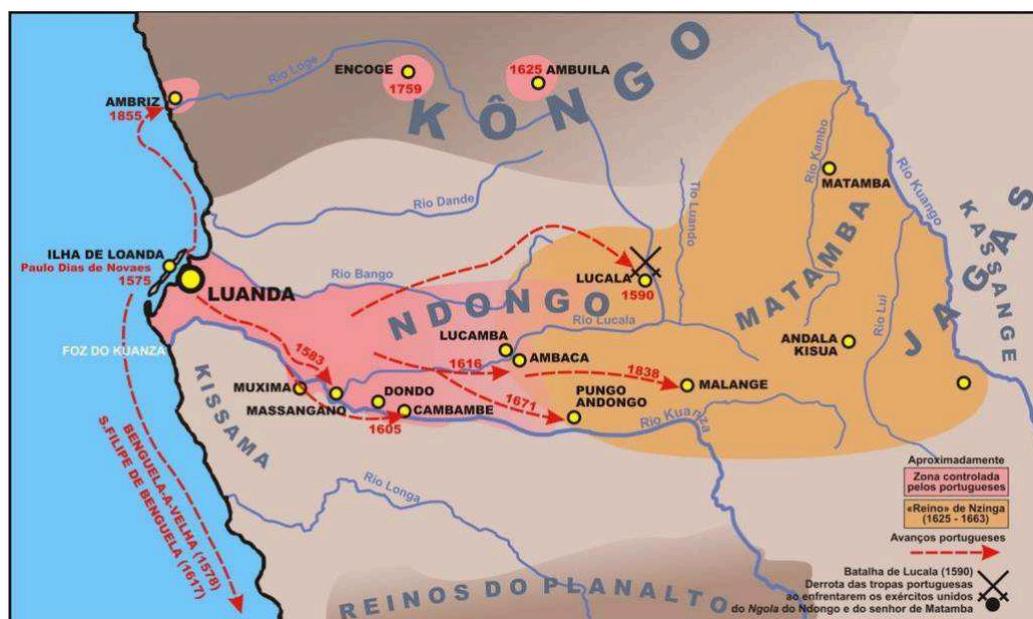
² Os mbundu referem-se ao maior grupo etnolinguístico da Angola, falantes do idioma kimbundu (OLIVEIRA, 2011).

(OLIVEIRA, 2011, p. 23). Já em relação ao reino de Matamba, de origem Jaga³, as maiores informações surgem a partir da tomada do trono pela própria Nzinga, no início do século XVII. Sobre este reino, Ingrid Oliveira expõe que:

É muito citado nas fontes do século XVII devido à presença da famosa rainha Jinga. Em 1530, Matamba também pertencia ao Congo, mas já no final do XVI estava independente e tinha uma amizade instável com o Congo. Por volta de 1590 se aliou ao Ndongo contra o avanço português [...] (OLIVEIRA, 2011, p. 23).

Tanto os reinos do Ndongo quanto Matamba exerciam expressiva importância política no século XVII pois localizavam-se próximos a afluentes de rios, tornando-se pontos estratégicos para a instalação colonial. Sabe-se que a relação entre os colonizadores portugueses e os habitantes do Ndongo e Matamba foram bastante hostis, resultando em longos conflitos e massacres na região⁴.

Quadro 1:



Regiões em que Nzinga esteve presente (Fonte: Domingues, 2018).

Não se objetiva, neste capítulo, fazer uma análise político-geográfica de ambos os reinos. O ponto central está em apresentar brevemente tais localizações para compreender

³ Os Jagas, também conhecidos como Imbangalas, eram um grupo de guerreiros multiétnicos que atuaram nos reinos do Congo, Ndongo e Matamba capturando escravos e comercializando (OLIVEIRA, 2011).

⁴ Ver Quadro 1.

como se dará a condução da liderança de Nzinga a sua relação histórica entre os povos mbundu e jaga e os colonizadores portugueses.

Partindo para a segunda consideração importante, a fonte mais rica de informações sobre Nzinga está na obra do padre italiano Giovanni Antonio Cavazzi de Montecúcolo intitulada *Descrição histórica dos três reinos, do Congo, Matamba e Angola* (1965). O capuchinho esteve presente na corte dessa personagem, em tempos tardios, e seu relato tem sido avaliado como fonte considerável de análise (PANTOJA, 2010, p. 320). Em seu extenso escrito sobre os reinos de Congo, Matamba e Angola, Cavazzi dedica os livros 5 e 6 de seu volume para trazer à luz a história de Nzinga e a vivência que ambos tiveram.

Tal obra é de suma importância para compreendermos a biografia de Nzinga, em especial por se tratar de um relato escrito à época em que ela viveu. Para Oliveira (2011, p. 17), a obra de Cavazzi se destaca como verdadeiro mosaico de informações que retratam as tradições africanas, relatos de capuchinhos, da sua própria experiência pessoal e de cartas e outros documentos trocados entre os capuchinhos e a metrópole. Ainda que tal obra seja bastante importante para o estudo de caso de Nzinga, é sempre importante atentar ao fato de que tal discurso provém de um homem, branco, europeu e colonizador e, por tal motivo, deve ser analisada com criticidade.

1.2 A historiografia de Nzinga Mbandi: a trajetória biográfica até a ascensão ao trono

Feitas as considerações iniciais, é possível apresentar o percurso biográfico de Nzinga e sua trajetória histórica, de forma a compreender a representação dessa personagem para as Relações Internacionais. Estima-se que Nzinga Mbandi viveu entre 1582 e 1663⁵, em que é possível perceber que faleceu em idade já bastante avançada. Em 1578, poucos anos antes de seu nascimento, fundou-se, pelos portugueses colonizadores, a cidade de São Paulo de Assumpção de Luanda, que viria a se tornar a futura capital da Angola, cujo poder administrativo e político fora concedido ao donatário português Paulo Dias de Novais (OLIVEIRA, 2011). Logo, é possível perceber que, por toda sua vida,

⁵ É possível encontrar textos que datam seu nascimento no ano de 1581. A falta de documentos oficiais da época impossibilita delimitar este número com exatidão. Neste trabalho, optou-se por considerar o ano de "1582" conforme é exposto em Cavazzi (1965).

Nzinga viveu sob a presença colonial portuguesa, uma vez que no ano de sua morte os reinos do Ndongo e Matamba ainda eram controlados por Portugal.

Nzinga foi filha do oitavo soberano reconhecido pelo reino do Ndongo até então, o qual chamavam de Ngola⁶ Kiluanji. Estima-se que a chegada dos portugueses na região dos reinos de Ndongo e Matamba se deu justamente durante o reinado do Ngola Kiluanji, o qual resistiu à colonização até o ano de sua morte, mas falhou em impedir o estabelecimento do primeiro espaço colonial na região (SERRANO, 1995). A morte do pai de Nzinga e rei do Ndongo, datada em 1617, legou ao trono o filho herdeiro e então meio-irmão⁷ de Nzinga, nomeado Ngola Mbandi⁸ (PINTO, 2014).

A sucessão de Ngola Mbandi ao poder impactou significativamente na trajetória de Nzinga, em especial para com as relações entre o Ndongo e os portugueses. Conforme Oliveira (2011) o recém empossado Ngola Mbandi teria frequentemente afrontado os colonizadores portugueses. Pinto (2014) argumenta de que a posse do trono, por parte do meio-irmão de Nzinga, foi marcada por uma série de atos violentos, dentre eles a declaração de guerra aos portugueses. Tal conflito se tratou da disputa entre colonizadores e os soberanos da região mbundu "pelo controle das rotas comerciais de escravos, marfim e cera entre o interior e o litoral" (PINTO, 2014, p. 07). E tais disputas, na realidade, nada mais foram do que os avanços portugueses para o interior da região e as alianças estabelecidas com o povo guerreiro dos Imbangalas – também conhecidos como Jagas (MILLER, 1975).

Temerário pela escalada do conflito entre portugueses e os mbundu, e tendo em vista as relações inflamadas entre ambos os atores, Ngola Mbandi enviou Nzinga a Luanda, em 1622, como sua emissária para negociar frente ao embaixador português o restabelecimento da paz na região. (OLIVEIRA, 2011, p. 60). É necessário frisar que tal ato é de suma importância para compreender a narrativa de Nzinga, e serve como ponto de partida para trazer esta personagem tão emblemática às Relações Internacionais.

Em virtude das fontes à época, não se sabe com exatidão o que aconteceu em tal cena, mas é possível descrevê-la conforme as correlações entre os diversos autores. Enviada como emissária do reino do Ndongo, Nzinga chega à reunião com o então administrador da colônia portuguesa, o senhor João Correia de Sousa, para negociar os

⁶ Em língua kimbundu, Ngola era o termo político concedido ao que se entende como o rei ou chefe de Estado do reino do Ndongo (MILLER, 1975).

⁷ Nzinga foi fruto da união entre o Ngola Kiluanji e uma escrava mbundu chamada Guengela Cacombe (WEBER, 2014, p. 99).

⁸ Pode ser encontrado também como Ngola-a-Mbandi.

termos da presença de Portugal na região (WIESER, 2014). Ao iniciar o encontro, relata-se que o governador português, sentado em sua poltrona forjada a ouro, oferece à Nzinga almofadas no chão para se sentar. Em virtude da situação, narra-se que, para ficar à mesma altura do governador, Nzinga teria chamado uma escrava de seu séquito para se ajoelhar, com os cotovelos apoiados no chão, e fazer-se de cadeira para a personagem (WIESER, 2014).

Tal momento permanece na memória cultural sobre Nzinga e permite interpretações acerca da posição ocupada pelos portugueses para com os povos africanos. A diplomacia, astúcia e habilidade com que Nzinga conduziu as negociações estão presentes nos principais relatos da época e na bibliografia contemporânea que narra sua trajetória. O próprio Cavazzi reconhece sua exímia aptidão e a impressão deixada neste memorável encontro:

Foi muito admirada a vivacidade da sua atitude e a prontidão da sua inteligência, qualidades que não se concebiam numa mulher. Ela desculpou as falhas do irmão com argumentos sólidos e termos apropriados [...]. Espantou, surpreendeu, convenceu todo o conselho e os magistrados [da administração colonial portuguesa] com um à-vontade tão natural que estes permaneceram muito tempo sem palavras. Depois, como insistiram em exigir que Ngola-a-Mbandi aceitasse recompensar a Coroa de Portugal através de um tributo anual, ela fez ver que este tipo de pretensão só podia ser aceite por um povo subjogado pela força das armas, não por uma nação que oferecia espontaneamente um tratado de amizade (CAVAZZI, 2013, p. 64 apud WIESER, 2014, p. 34).

Logo, é possível perceber que a eloquência, inteligência e a diplomacia, características notadamente positivas, efetivamente não poderiam pertencer a uma mulher – especialmente uma mulher negra e “colonizada” – sob o ponto de vista ocidental. No entanto, compreende-se que Nzinga conduziu habilmente o jogo político envolvido na questão. Não somente foi capaz de estabelecer uma relação estratégica entre o Ndongo e os portugueses, bem como se impôs perante um espaço preenchido tipicamente por homens, europeus e brancos (PANTOJA, 2010).

A reunião com o governador português transformou-se, por fim, em uma jogada estratégica em que Nzinga negocia astuciosamente. Dentre suas habilidosas movimentações políticas durante o encontro, cabe enfatizar a sua conversão à fé cristã. Para Serrano (1996, p. 138) Nzinga “negocia sem ceder algum território e pede a devolução de territórios que obtém pela sua conversão política ao cristianismo, recebendo o nome de Dona Anna de Sousa”. Tal fato é importante pois se trata de uma conversão política, considerada como uma de suas maiores atitudes e um exemplo de sua habilidade

em diplomacia. A grande jogada em aceitar o batismo serviu para facilitar a relação diplomática com os portugueses (MILLER, 1975) repercutindo em toda a sua vida frente à liderança e no relacionamento com os colonizadores portugueses.

Estrategista, diplomata, negociadora. As adjetivações de Nzinga após esse emblemático momento são inúmeras. A ênfase nesse relato se dá justamente pelo fato de que, a partir disso, é possível trazer essa personagem para as Relações Internacionais e compreender a sua ascensão ao trono, caracterizando-lhe ademais como rainha e chefe de Estado.

1.3 A rainha dos reinos do Ndongo e Matamba: a soberania de Nzinga

O episódio com o governador português e Nzinga se configura como um marco na trajetória de Nzinga. A partir desse momento é possível compreender como se deu a soberania da futura rainha e as circunstâncias que propiciaram com que Nzinga ascendesse a uma posição de liderança nos reinos do Ndongo e Matamba.

Dois anos após o episódio com o governador português, o então rei do Ndongo e meio-irmão de Nzinga, Ngola Mbandi, morre sob circunstâncias duvidosas. Conforme Wieser (2014, p. 35) o próprio Cavazzi alega que o falecimento do rei se deu por envenenamento perpetrado por Nzinga. Outros autores, como Oliveira (2011), Serrano (1996) e Pinto (2014) também aludem ao assassinato cometido por ela. Quer seja ou não, a questão fundamental é que, após a morte do rei, Nzinga assume o trono, empossando a si mesma como rainha do Ndongo (SERRANO, 1996, p. 138).

A partir desse ponto, abrem-se inúmeros debates acerca da historiografia de Nzinga. A sua legitimidade como rainha do Ndongo é trazida diversas vezes como um ponto de questionamento, especialmente nas relações de gênero presentes na África seiscentista. Miller (1975) e Thornton (1991), por exemplo, são autores que construíram representações em torno da posse ao trono, deslegitimando sua liderança feminina no poder (PANTOJA, 2010, p. 323). Ainda que as relações de gênero e, especialmente a colonialidade de gênero⁹ presentes nessa narrativa serão tratadas mais especificamente no próximo capítulo, tais reflexões sobre a legitimidade da soberania de Nzinga são pertinentes.

⁹ Ver mais em Lugones (2014).

Nzinga liderou o Ndongo e Matamba por quase quarenta anos, até o dia de sua morte. A construção dos meios de governar de Nzinga sempre foi pautada na heterogeneidade dos povos do Ndongo e de Matamba e, como boa mediadora, mantinha-os unidos em prol de seus próprios interesses (WEBER, 2011). Durante o período de seu reinado, é possível apontar dicotomias em seu modo de governar, principalmente na relação com os portugueses. Descrito por Cavazzi, Pinto secciona o reinado de Nzinga em duas fases antagônicas:

Uma primeira, entre 1625 e 1656, marcada pelo comportamento refractário de Njinga em relação ao Cristianismo e aos portugueses; [e] uma segunda, entre 1656 e a morte da rainha em 1663, caracterizada pela reconversão de Njinga/Ana de Sousa e pela sua reaproximação aos portugueses (CAVAZZI, 1965 apud PINTO, 2014, p.09).

É importante observar que, apesar de sua atuação com os portugueses, a liderança de Nzinga foi distinta no que diz respeito ao Ndongo e à Matamba. Sua soberania no Ndongo perdurou por, aproximadamente, cinco anos. Nzinga conseguiu expandir fronteiras e ampliar exércitos, tornando-se temida por toda a extensão do reino e, inclusive, pelos portugueses. Cometia atrocidades contra os inimigos, escravizava prisioneiros, e era descrita, pela visão ocidental, como uma personagem que praticava infanticídios e antropofagia (OLIVEIRA, 2011, p. 62). No entanto, ao negar posteriormente a fé cristã adotada no batismo durante a negociação com o governador português, Nzinga cultivou laços de inimizades com os portugueses. Estes, em virtude do cenário político instável criado pela soberania de Nzinga, passaram a apoiar um novo rei ao poder do Ndongo (OLIVEIRA, 2011). Além dos enfrentamentos contra as incursões portuguesas no reino, era difícil à Nzinga legitimar seu trono no Ndongo uma vez que provinha de ascendência escrava, por parte de sua mãe, e pelo fato de que a soberania se encontrava representada por uma liderança feminina (WEBER, 2011).

Para salvaguardar sua liderança, Nzinga aliou-se aos guerreiros Imbangalas (ou Jagas) que controlavam o reino de Matamba¹⁰. Tal aliança se estendeu até a plena dominação do reino por Nzinga, em torno do ano de 1630 (PINTO, 2014). Mas a liderança de Nzinga em Matamba, em que ela também se autodeclarou soberana, se deu contrariamente a sua governança do Ndongo. Houve um fator fundamental que possibilitou a permanência de Nzinga no poder de Matamba: tal reino era

¹⁰ Ver Quadro 1.

tradicionalmente governado por mulheres¹¹ (WEBER, 2011). Por tal motivo, conseguiu permanecer como rainha de Matamba, não obstante às desavenças enfrentadas. Logo estabelecida, Nzinga empreendeu uma série de movimentações políticas a fim de reconquistar o Ndongo mas, durante seu percurso, este é invadido por um reino vizinho e principal rival de Nzinga no abastecimento de escravizados para o tráfico (OLIVEIRA, 2011, p. 63).

Conforme citado anteriormente por Pinto (2014), a primeira fase do reinado de Nzinga se deu pela forte resistência à presença portuguesa e um relacionamento débil entre ambos os atores. No entanto, apesar da resistência, Nzinga acrescentou elementos portugueses a seu reinado até o ponto em que a hibridização entre as culturas lusitana e mbundu atingissem os níveis diplomáticos necessários a rainha (WEBER, 2011, p. 100). A exemplo disso, Nzinga era anfitriã de jantares e encontros em seu palácio em Matamba, recebendo com pompa e ostentando riquezas a ministros, chefes, hóspedes estrangeiros e personalidades importantes do reino.

Ao longo de toda a década de 1640 e partes de 1650, Nzinga moveu grandes batalhas contra os exércitos portugueses pelo comércio de escravos e para controlar a presença lusa na região. Para fortalecer seu domínio político, Nzinga se confederou com o então soberano do reino do Congo – vizinho aos reinos do Ndongo e Matamba – e aliou-se aos holandeses, aproximadamente entre 1641 e 1648 (PINTO, 2014). Para Oliveira (2011), de fato sua maior afronta aos portugueses foi a tal aliança política estabelecida com os holandeses. Em 1641, os holandeses tornaram-se os maiores rivais de Portugal na região ao invadirem Luanda, capital do Ndongo, obrigando as tropas portuguesas a refugiarem-se no interior do continente. Conforme Miller (1975, p. 203):

As expedições armadas dos holandeses e de Matamba cooperaram em conter os portugueses e, com exceção de uma única derrota em 1646, conseguiram dominar não apenas as terras altas do interior como também as baixas terras cerca da costa. Com o auxílio dos holandeses, até eles finalmente se retirarem de Luanda em 1648, o controle de Nzinga sobre o comércio de escravos gerou a riqueza que lhe permitiu construir sua influência como outro meio para fortalecer sua posição doméstica intrinsecamente frágil (tradução nossa)¹².

¹¹ Ver mais em Oliveira (2011, p. 10) em notas de rodapé.

¹² “Dutch and Matamba armed expeditions cooperated in containing the Portuguese and, with the exception of a single defeat in 1646, managed to dominate not only the highlands of the interior but also the lowlands nearer the coast. With the aid of the Dutch, until they finally withdrew from Luanda in 1648, Nzinga's control over the slave trade yielded the wealth that enabled her to build up her mercenary and slave following as yet another means of strengthening her intrinsically weak domestic position” (MILLER, 1975, p. 203).

Porém, com a retirada dos holandeses de Luanda em 1648, Matamba começa a perder o controle e o monopólio que obtinha sobre o comércio de escravizados, e é a partir desse acontecimento que se tem uma mudança drástica na condução política de Nzinga, retomando o emblemático relacionamento com os portugueses.

A segunda fase do reinado de Nzinga descrita por Pinto (2014), que começa em meados da década de 1650 e que termina no falecimento da rainha, é marcada pela retomada de sua posição perante o Cristianismo e a reaproximação aos portugueses em África. Nesse ponto, Nzinga “reconverte-se” à fé cristã como forma de resgatar os laços com Portugal. Miller (1975, p. 205) coloca que:

A conversão final [a reconversão] de Nzinga foi completamente consistente com as restrições subjacentes às reviravoltas de sua carreira anterior - de seu batismo original na década de 1620 para ganhar a intervenção portuguesa em seu nome contra *ngola mbamde*, por meio de sua busca dos Imbangalas dispostos a aceitá-la como *tembaza*, sua apropriação das tradições de Matamba do domínio feminino, o tráfico de escravos com os holandeses e, finalmente, seu retorno aos portugueses de uma forma que fechou o círculo de sua busca de confiáveis aliados estrangeiros (tradução nossa)¹³.

Dentre os motivos que estabelecem essa retomada de diálogo, podemos encontrar na bibliografia dois fatores que impulsionaram a reconfiguração da política de Nzinga: a privação que sofreu do apoio dos holandeses (PINTO, 2014); e o aprisionamento de sua irmã em Luanda por parte dos portugueses (WEBER, 2011).

A irmã de Nzinga, que até então se mostrava secundária em sua narrativa, contribui para que a rainha possa conduzir relações diplomáticas com os portugueses. Sabe-se que em 1655 surgiram as primeiras negociações de paz entre Nzinga e Portugal, e isso se deu ao fato de que a soberana prometeu ajuda militar em regiões hostis à presença portuguesa em troca da libertação de sua irmã por parte dos mesmos (OLIVEIRA, 2011). Ademais, Nzinga permite a instalação em Matamba de “uma missão religiosa da Ordem dos Capuchinhos”, em que se tem a interação entre o capuchinho Cavazzi e a soberana.

As negociações de paz travadas entre os portugueses e Nzinga vão se mostrar, por fim, fragilizadas após a derrota em batalha e morte do rei do Congo pelos portugueses em 1665 (OLIVEIRA, 2011). Esse panorama adverso aos reinos africanos, em benefício aos

¹³ “Nzinga's final conversion was thoroughly consistent with the constraints underlying the twists and turns of her earlier career - from her original baptism in 1620s to gain portuguese intervention on her behalf against the *ngola mbambe*, through her search of Imbangala willing to accept her as *tembaza*, to her appropriation of Matamba traditions of female rule, slave-trading with the dutch, and finally her return to the portuguese in a manouvre that closed the circle of her quest for reliable outside allies” (MILLER, 1975, p. 205).

colonizadores, serve de exemplo para ilustrar a importância da “reconversão de Nzinga” ao interesse português. De um lado, para Alencastro (2000 apud Oliveira 2011), tal ação da reconversão de Nzinga, realizada pelos capuchinhos, tornou-se o maior feito missionário e colonial da África do século XVII. Logo, a reintrodução da fé cristã através de sua conversão final ao catolicismo nada mais foi do que outro desafio que Nzinga enfrentou para garantir-se no poder. Por fim, a decadência do reino de Nzinga, ao perder batalhas e contingente militar, quanto à gestão falha, foram agravantes para que ocorresse a sua conversão (OLIVEIRA, 2011). Os extensos anos de adversidade acabaram, por fim, ao “dissolver-se, em 1650, em uma subserviência que se tornou a pedra angular da sua diplomacia até o fim da sua vida” (MILLER, 1975, p. 205, tradução nossa)¹⁴.

A questão polêmica acerca de Nzinga, como mulher, ter governado os reinos de Ndongo e Matamba é assunto que divide pesquisadores e carece de maior discussão (WEBER, 2011). Para tanto, a legitimidade da liderança de Nzinga ainda é uma questão insistente por parte dos pesquisadores. Questiona-se amplamente o entendimento de uma mulher, em plena África seiscentista, como soberana e chefe de estado. Miller (1975) e Thornton (1991), autores cujos estudos revisaram tais questões polêmicas de Nzinga, trazem a historiografia dos reinos do Ndongo e Matamba à interpretação dos poderes soberanos a uma mulher, ainda que as fontes sobre essa temática sejam parcas (WEBER, 2011, p. 104).

Miller (1975) faz sua análise sobre as tradições mbundu de poder ao questionar a linhagem e a sucessão de poder no reino. *Ngola*, o termo que se entendeu por "rei", representava uma estrutura abstrata de organização política do reino, antes de se tornar o próprio símbolo político em si (MILLER, 1975). Contudo, as fontes do século XVII não fornecem maiores informações para que seja possível uma real constatação de como se dava a sucessão do trono no Ndongo. Miller então conclui, dada às circunstâncias, de que “os Mbundu nutriam fortes sentimentos contra as mulheres assumindo qualquer título político e explicitamente proibiam qualquer mulher de assumir a posição de *ngola*”¹⁵ (MILLER, 1975, p. 2016).

Em diálogo com Miller está o autor John K. Thornton (1991, p. 25-40), que “baseia a sua argumentação na importância do direito costumeiro em sociedades sem

¹⁴ “Dissolved after 1650 in a subservience that became the cornerstone of her diplomacy until the end of her life” (MILLER, 1975, p. 205).

¹⁵ “The Mbundu harboured strong feelings against females assuming any political title and explicitly prohibited any woman from assuming the position of *ngola a kiluanji*” (MILLER, 1975, p. 2016).

códigos de leis fixados, que se orientam a partir de precedentes” (WIESER, 2014, p. 38). Contudo, por não encontrar precedentes concretos de governanças femininas que pudessem, em alguma medida, legitimar a soberania de Nzinga no Ndongo, Thornton vai além em sua tese ao expor que “Njinga adotou um método ainda mais radical de superar a ilegitimidade de seu sexo. Em algum momento na década de 1640, Njinga decidiu ‘tornar-se um homem’”¹⁶ (THORNTON, 1991, p. 38 apud WIESER, 2014, p. 38, tradução nossa) e justifica tal ato por tornar seus maridos em “suas ‘concubinas’, [...] Ela exigiu estes maridos se vestirem com roupas de mulher e dormir entre suas criadas esperando. Caso as tocassem sexualmente, seriam instantaneamente mortos” (THORNTON, 1991, p. 38 apud WIESER, 2014, p. 38, tradução nossa)¹⁷.

Para Pantoja (2010, p. 323) “as posições de ambos os historiadores [...] carecem de uma análise mais aproximada da temática que envolva as relações de gênero”. E, de fato, partem dos pressupostos ocidentais binários de gênero e do conceito de raça. Logo, é preciso “chamar atenção para a questão da concepção de sexo/sexualidade que poderia ou deveria ser diferentes entre os mbundu. Em outras palavras, [...] como a categoria gênero poderia e deveria ser entendida de maneira diferenciada dentre esses povos” (PANTOJA, 2010, p. 323).

Deve-se questionar, portanto, como tal ponto de vista de deslegitimação do trono nas mãos de uma mulher se tornou o senso comum à época, visto que todas as fontes históricas dizem respeito a perspectiva dos colonizadores. Como explicita Wieser (2014, p. 39) “a rainha Njinga não convinha aos portugueses, visto que possuía grande astúcia, inteligência e talento diplomático”, logo, as asserções contra a posição de soberana de Nzinga favoreciam os interesses da Corte Portuguesa, caracterizando-se por “uma visão religiosa, masculina e estrangeira – poder-se-ia acrescentar misógina e racista” (WIESER, 2014, p. 39).

¹⁶ “Njinga adopted a still more radical method of overcoming the illegitimacy of her sex. At some point in the 1640s Njinga decided to ‘become a man’” (THORNTON, 1991, p. 38 apud WIESER, 2014, p. 38).

¹⁷ “Njinga’s husbands became her ‘concubines’, and she took several at the same time. She required these husbands to dress in women’s clothes and to sleep among her maids in waiting. Should they touch these maids sexually they would be instantly killed” (THORNTON, 1991, p. 38 apud WIESER, 2014, p. 38).

1.4 A construção da imagem de Nzinga: gênero e os simbolismos na literatura de ficção

Conforme exposto anteriormente, a obra de Cavazzi é a que lega a maior fonte sobre a imagem de Nzinga. Ainda que não o primeiro e nem o único autor a tratar do tema à época (OLIVEIRA, 2011, p. 66) é, sem dúvida, o de maior repercussão. A extensa biografia de Nzinga em sua obra é uma das (senão) maiores fontes documentais sobre sua trajetória e serve de interpretação para este estudo de caso. Contudo, é de suma importância salientar que, conforme escreve Pantoja (2010, p. 320), grande parte da documentação oficial da época não consta a presença de mulheres ocupando espaços de poder e reinado, sendo que os grandes testemunhos oficiais da época em que viveu Nzinga provêm de personagens a serviço da Coroa Portuguesa, ou seja, invariavelmente estrangeiros, colonizadores e militares do sexo masculino os quais registraram e relataram os próprios interesses. É preciso, portanto, manter um olhar crítico perante aos relatos os quais evidenciam, descrevem e caracterizam a narrativa de Nzinga.

A sua trajetória foi assinalada por muitas ambiguidades e representações históricas as quais marcaram uma construção simbólica em torno de um imaginário da sua figura. Como soberana, Nzinga soube impor-se perante às adversidades da governança nas mãos de uma mulher (WEBER, 2011, p. 100). Sua liderança era obstinada e implacável. Preservava sua posição de soberania ao exterminar e caçar inimigos, recompensando aliados e súditos. Marcada por uma vida extremamente conturbada em meio ao início do comércio afro-atlântico, as investidas colonizadoras e a presença massiva dos portugueses, a constante luta de Nzinga pela autonomia do seu reino e por posições vantajosas nas redes mercantis locais foram alguns dos variados obstáculos políticos a serem superados. Pantoja (2010, p. 319) ainda coloca que “o protagonismo dessa figura feminina serviu para enquadrar melhor as relações entre os dois universos, africano e europeu”.

Na obra *Descrição Histórica dos Reinos do Congo, Matamba e Angola*, é possível identificar o caráter europeu e religioso da descrição de Cavazzi sobre Nzinga (PANTOJA, 2010, p. 321), enfatizando os momentos de conversão e reconversão da rainha à fé cristã. Cavazzi utiliza-se de seu relato para salientar os momentos de “barbárie”, expor os crimes e pecados supostamente cometidos por Nzinga e depreciar sua imagem em contrapartida às qualidades extraordinárias que possuía (WIESER, 2014,

p. 35). Para Wieser, sob descrição consagrada pelo capuchinho, a imagem de Nzinga se transmite por:

Uma personagem vingativa, traiçoeira, cruel e promíscua, que não encaixa no conceito ocidental cristão de mulher e que, portanto, é caracterizada como virilizada e – usando as habituais terminologias colonialistas com o intuito de desclassificar os colonizados na sua qualidade de seres humanos – bárbara, canibal e dada às superstições dos feiticeiros (WIESER, 2014, p. 33).

Como bem expõe Oliveira (2011), Cavazzi escreve sobre Nzinga após a morte desta, e ao destacar exaustivamente as barbaridades cometidas pela rainha e adjectiva-la negativamente, já tinha ciência de sua conversão. Logo, consegue contrapor tais atitudes com o ato cristão, creditando tal feito à ordem dos Capuchinhos. É sabido, no entanto, que para Nzinga tal ato serviu como uma poderosa estratégia política do que uma conversão espiritual de fato (Wieser, 2014).

Cavazzi excedia atribuindo a Nzinga características negativas “de modo a deslegitimar uma mulher que colocava largamente em causa tanto a imagem cristã da mulher como a imagem colonialista dos negros” e, acrescenta que só dessa maneira seria possível “reafirmar as imagens ocidentais estigmatizantes da mulher negra” (WIESER, 2014, p. 35). A partir do primeiro momento em que Nzinga se converteu à fé cristã, Cavazzi exacerba ainda mais sua retórica de enselvajamento da rainha. Dentre outros autores da época¹⁸, convergem entre si a história acerca da suposta promiscuidade de Nzinga, sob os preceitos ocidentais e deslegitimação dos povos nativos. Cabe colocarmos a descrição de Cavazzi (2013, p. 74 apud Wieser 2014, p. 36), onde é possível notar seu arraigamento aos preceitos ocidentais “universalizados”:

Um ódio aparente e professado pelo sexo masculino não a fazia por isso desprezar para si mesma as *devassidões pecadoras*, pelo contrário, pois teria sido um prodígio dos mais singulares na testa *negra das mulheres idólatras* poder luzir a candura do pudismo ou da modéstia virginal. A *castidade é, com efeito, uma virtude desconhecida entre as mulheres jaga*, que fazem profissão da infâmia e se entregam ao estupro à mais pequena ocasião. Quanto a Njinga, que porém pregava o contrário perante os seus súbditos do sexo feminino, servia-se dos seus oficiais, os quais, devido às guerras incessantes, estavam com ela dia e noite, para satisfazer os seus prazeres [...]. Sem aviso prévio, ela aterrorizava-os subitamente, exigia que vestissem roupas femininas e se sujeitassem a todas as suas extravagâncias e, de seguida, degolava-os de modo que ninguém pudesse vangloriar-se de

¹⁸ É comum encontrarmos a obra de Cavazzi ao lado de dois autores de sua época: Cadornega (1680) e Gaeta (1669), que, em determinado momento, descreveram a história de Nzinga em suas obras *História das Guerras Angolanas* e *La maravigliosa conversione allá Santa Fede di Cristo della Regina Singa e del suo Regno di Matamba nell’Africa meridionale* respectivamente.

ter ganho o seu coração, eternamente impenetrável (Cavazzi 2013, p. 74, grifo nosso).

Sob tal discurso, é latente que mentalidade ocidental concebe e radica valores como universais. Nos grifos, ao se apoderar dos conceitos de “pecado (invenção cristã), ligado à castidade da mulher (entenda-se branca e cristã), mandamento que essa mulher de ‘testa negra’ (preconceito racial) e ‘idólatra’ (portanto não cristã) aparentemente não respeita” (WIESER, 2014, p. 36), rejeita qualquer possibilidade de interpretação das relações de gênero da época e a expressão sexual de determinados grupos étnicos. No fim, tais discursos servem apenas para legitimar a supremacia ocidental e justificar os empreendimentos coloniais.

Explicar a questão de gênero que envolve Nzinga ainda é uma discussão mais que necessária, onde “a copiosa escrita seiscentista e mesmo a bibliografia colonialista, dos séculos XIX-XX, têm levado a melhor na perpetuação de representações de [Nzinga como] mulher diabólica, mágica e cruel” (PANTOJA, 2010, p. 319). É urgente encontrarmos outras formas de análise desprovida dos pré-conceitos e juízos de valor tipicamente ocidentais. Maria Lugones (2014), por exemplo, evidencia em vários estudos sobre culturas em África e na América onde o sistema social de gênero não traduz os conceitos binário, heterossexual e patriarcal – notadamente interpretados por valores ocidentalizados – em seu modo de viver. Wieser (2014, p. 42) brilhantemente indaga:

Talvez não tenha sido tão extraordinário que uma mulher chegasse ao trono do Ndongo; talvez o título de ngola não predispuesse o gênero do seu possuidor; talvez o comportamento de Njinga não tenha sido considerado “viril” pelos nativos daquelas geografias; talvez os homens do seu harém não se sentissem humilhados pelas roupas que tinham que vestir; talvez fosse antes uma honra e talvez estas roupas nem sequer fossem consideradas femininas; talvez a própria categoria de “mulher” seja inadequada para falar de Njinga; talvez fosse mais apropriada a referência à sua identidade social em termos de linhagem e senioridade.

Tais questões são necessárias para compreender de fato o legado feminino deixado por Nzinga e também contribuem às abordagens críticas descoloniais de gênero, em especial no que tange à colonialidade de gênero exposta pelo estudo de caso de Nzinga. E, para tal, a literatura de ficção serve como importante meio para denunciar as colonialidades na narrativa oficial de Nzinga.

Conforme Pantoja (2010, p. 320) “existe uma grande dificuldade em desvelar trajetórias de mulheres, em todas as regiões, e não só nas regiões africanas [...] De modo

completamente diferente, apresenta-se o caso da trajetória da Nzinga Mbandi: há uma abundância de testemunhos escritos essencialmente na época ou em décadas seguintes”.

A história de Nzinga se consagra no protagonismo das literaturas ficcionais com a obra de Manuel Pedro Pacavira, *Nzinga Mbandi* (1985). Ainda que o objetivo deste estudo não esteja em adentrar profundamente na sinopse das literaturas, é importante salientar a importância que teve sua obra:

Não apenas por ser a primeira obra a tematizar a história de Angola através de figuras identificáveis em tempo e espaço, mas por fazê-lo visando um perfil da identidade nacional a partir do mapeamento territorial desenhado no cimento da solidariedade étnica e da consciência política do território dos Ngolas (MATA, 2012, p. 25).

Para este trabalho, não se tem o intuito de listar exaustivamente as literaturas que evocam a narrativa de Nzinga. Buscar-se-á apontar, no entanto, os principais exemplos literários que evocam a imagem da soberana do Ndongo e Matamba em determinado grau de protagonismo. São eles a obra *Nzinga Mbandi*, de Manuel Pacavira, citado anteriormente; a *Gloriosa Família: o tempo dos flamingos* (1997), de Artur Carlos Pestana dos Santos, sob o pseudônimo de Pepetela; *A rainha Ginga: E de como os africanos inventaram o mundo* (2014), de José Eduardo Agualusa; e *O trono da rainha Ginga* (1999), de Alberto Mussa.

Antes de se aprofundar em tais obras, é importante enfatizar de que os autores elencados, ainda que sejam homens, são autores do Sul global empenhados em oferecer uma contra-narrativa ao discurso do colonizador e afirmar uma identidade própria de Nzinga, para além da “universalidade” literária ocidental. Por tal motivo, são importantes expoentes do caso e elucidam a colonialidade em África em suas obras.

O romance de Pacavira (1985), escrito na década 1975, mas apenas publicado dez anos depois, traz importante embasamento a figura literária de Nzinga como símbolo angolano de resistência ao explicitar “na literatura angolana a estratégia de construção de uma ‘narrativa grandiosa’, própria da lógica da ideologia nacionalista” (MATA, 2012, p. 24). É interessante apontar que tal romance é escrito a época dos movimentos de independência angolana, trazendo um paralelo da mítica resistência de Nzinga ao colonizador em dedicatória às Forças Armadas Populares de Libertação de Angola.

Em contrapartida, o romance escrito por Pepetela (1997) não é, necessariamente, uma história escrita sobre Nzinga, porém, a presença da soberana é latente e permeia toda a narrativa. A obra traz a perspectiva dos holandeses, a que se refere como os “*flamingos*”

do título, pelo escravo de senhor holandês como narrador-personagem, colocando-o em um espaço de enunciação configurado pela dominação colonial.

As obras de Agualusa (2014) e Mussa (1999) parecem estar conectadas em uma relação transatlântica, já que esse é angolano mas reside no Brasil e este é de origem brasileira. Em *A rainha Ginga: E de como os africanos inventaram o mundo*, Agualusa traduz sua história pelo olhar de um padre pernambucano brasileiro, posicionando sua literatura em âmbito dos diálogos Sul/Sul. Contrário a caracterização deliberadamente negativa proferida por Cavazzi, Agualusa faz alusões positivas em sua descrição literária de Nzinga exaltando “através do seu narrador pernambucano Francisco José, as qualidades positivas de Ginga que permitem encará-la como heroína da luta de resistência contra o colonialismo português” (WIESER, 2014, p. 49) e compondo sua heroína de maneira favorável. Mussa (1999), autor brasileiro, faz parte do imaginário de Nzinga no Brasil. Contado por diversos personagens, a obra é extremamente importante para contextualizar os acontecimentos brasileiros no século XVII paralelos ao percurso de Nzinga, trazendo à luz as empreitadas coloniais no Brasil comparadas a colonização portuguesa em Angola. É interessante observar que a representação de Nzinga em seu romance é feita sob os olhares de um estrangeiro, em personagens que não têm origem na cultura mbundu, assim como as outras obras citadas anteriormente. Porém, a obra não falha ao caracterizar Nzinga de maneira positiva, sem animalizá-la ou estigmatizá-la.

Cabe apontar aqui os diálogos salientes que fazem ambos os textos. É interessante observar os pontos convergentes de tais narrativas para compreender, de forma mais sólida, a conexão literária estabelecida entre Angola e Brasil, sobre o caso de Nzinga. Tanto Mussa quanto Agualusa partem de uma escrita amparada pela relação Sul/Sul, colocando africanos e brasileiros como ativos de sua própria história. Outro ponto importante que se coloca presente entre ambos os textos é a ideia do mal e a demonização, que de acordo com Wieser (2014, p. 50) “é apresentada como uma invenção ocidental, cristã, que contrasta com as crenças africanas”. Sendo assim, ambos vão se opor ao discurso ocidental colonialista que identifica a África pelos valores do paganismo e idolatria, tanto reiterados por Cavazzi.

É interessante notar as interconexões feitas pelas literaturas de Nzinga, ainda que de que intenções literárias distintas. Nos primeiros autores citados, Pacavira e Pepetela, encontram-se diversos elementos que nos permitem colocá-los sob a mesma égide: a narrativa de Nzinga como símbolo nacionalista e de libertação da Angola (MATA, 2014). Por outro lado, as obras de Agualusa e Mussa se aproximam ao amparar sua narrativa

através dos diálogos provenientes do Sul, abarcando a “subalternização” do personagem brasileiro à história de colonização da Angola (WIESER, 2014).

Do ponto de vista literário, o ponto central da discussão está em atentar às diferenças representativas de Nzinga por meio da visão do capuchinho, em figura diabolizada, depreciada e estigmatizada pelos conceitos coloniais/ocidentais, à sua representação, por conseguinte nas literaturas ficcionais africanas (WIESER, 2014, p. 50). Nas literaturas de ficção Nzinga passa a ser interpretada como parte de um grande cenário da história nacional angolana (PANTOJA, 2010) e, para Mário César Lugarinho (2016), os mesmos traços que caracterizaram a Nzinga – sua maneira controversa, sua astúcia e governança – são acentuados pelos escritos historiográficos antigos e transfigurados a resistência colonial na literatura contemporânea. Em outras palavras, as assimetrias relacionadas entre o colonizador europeu e o colonizado africano, presentes nos encontros entre Nzinga e os portugueses, passam a ser apresentadas por meio de linguagens verbais distintas na historiografia do século XVII e na literatura contemporânea (ROCHA, 2011). É através da literatura, portanto, que se constrói “um instrumento de afirmação da nacionalidade”, neste caso angolana, e um “meio de conhecer o país, de mergulhar num mundo de histórias não contadas, ou mal contadas, inclusive pela chamada literatura colonial” (CHAVES, 2004). O mérito de tais literaturas se encontra, sem dúvida, na importância de Nzinga por sua simbologia de resistência ao colonialismo. Para Mata:

Considerada pelos historiadores a maior figura política da história de Angola, a rainha Njinga tornou-se o maior símbolo não apenas da resistência angolana ao domínio português em Angola, como da África ao domínio europeu, fazendo ainda parte da memória cultural de todo o mundo afro-descendente das Américas e do Caribe, para onde a sua imagem (em testemunhos, lendas, mitos, ecos e ressonâncias) viajou nos porões dos navios negreiros (MATA, 2012, p. 26).

Para Pinto (2014, p. 11) “podemos, desde já, antecipar que a perpetuação da memória da Rainha Njinga, após a sua morte, se processa, dentro e fora de Angola [...]” e vai interferir no campo ideológico político “congregando as simbologias da resistência ao tráfico de escravos e à dominação colonial com as da exaltação, positiva ou negativa, da condição e dos valores do homem africano”.

Nzinga vai se configurar, portanto, um símbolo das culturas angolana e brasileira, especialmente conectadas pela literatura dos autores de ambos os países. Para a literatura de ficção angolana, a escrita se caracterizará em um olhar histórico ao passado, seja na bibliográfica colonial e anticolonial, e na escrita em estilo romance histórico (MATA,

2012). Ademais, a literatura angolana servirá de suma importância no século XX e no processo de independência política de Angola, em que a imagem de Nzinga será erigida sob um caráter de heroína nacional¹⁹ (PINTO, 2014). Para a memória brasileira, Nzinga nos lega sua representatividade ao folclore brasileiro e, principalmente, aos quilombos²⁰, “reafirmando identidades negras e movimentos populares e intelectuais” (PANTOJA, 2010, p. 324).

Cabe concluir, por fim, de que a literatura tem uma expressiva importância na compreensão, por distintas maneiras interpretativas, da narrativa de Nzinga e a memória legada por ela. Se faz necessário apontar de que, apesar de se caracterizarem por literaturas *ficcionais*, todas as obras citadas partem de relatos históricos, estudos e fontes documentais que possibilitaram a sua construção literária, ou seja, não denotam de pura ficção e são embasadas em um conhecimento significativo.

Feita a análise mais detalhada de Nzinga, sua biografia e as representações literárias mais expressivas, parte-se para o próximo capítulo deste trabalho, o qual aprofundará as colonialidades em África expostas pelo caso de Nzinga. Caminha-se, portanto, para o segundo objetivo específico desta monografia, em que se enfatizará a colonialidade do conhecimento e a colonialidade de gênero presentes na narrativa de Nzinga de forma a fornecer insumos para se atingir a hipótese proposta nesta pesquisa.

¹⁹ Ver mais em PINTO (2014).

²⁰ Ver mais em SERRANO (1995).

2 AS COLONIALIDADES EM ÁFRICA REVELADAS PELA NARRATIVA DA RAINHA NZINGA

Os ingleses já não vendiam escravos para a América, mas a escravidão não tinha terminado [...] Eles simplesmente trocariam um tipo de grilhões por outro: trocariam as correntes invisíveis enroladas nos pulsos e tornozelos pelas correntes invisíveis que envolviam a mente.
(GYASI, 2017, p. 145)

2.1 Considerações iniciais

O estudo de caso realizado pela história de Nzinga possibilitou compreender de que maneira sua narrativa ainda é invisibilizada pela colonialidade em Relações Internacionais. Para esta pesquisa, portanto, utilizar-se-á o conceito de colonialidade como pensamento estruturante colonial. Explicar-se-ão, neste capítulo, as colonialidades em África, e, dentre elas, serão destacadas as colonialidades reveladas pelo estudo de Nzinga. Portanto, tratar-se-á conceitualmente a colonialidade do saber através dos principais autores pós-coloniais para as Relações Internacionais e localizará a literatura sob esse arcabouço da divisão epistêmica colonial. Ademais, este capítulo ainda tem, por objetivo, trazer a problemática de gênero e questionar tal temática como estrutura colonial da narrativa de Nzinga.

Para tal, este capítulo divide-se em três partes, em que a primeira tem por função apontar algumas considerações iniciais acerca da colonialidade e do colonialismo e introduzir, sucintamente, os impactos da colonização em África. A segunda e terceira parte vão adentrar nas colonialidades denunciadas pelo caso da rainha Nzinga, que são a colonialidade do saber e a colonialidade de gênero, respectivamente. Assim sendo, cumpre-se com o segundo objetivo específico desta monografia e se encaminha para a conclusão do objetivo geral proposto.

Quando se trata de estudo em África ou estudos africanos, decorre-se esclarecer alguns pontos acerca dessa fala. Nem sempre se considera um discurso histórico proveniente de África ou produzido propriamente por africanos. Inclusive, é importante destacar a forma em como tais discursos são comunicados, tanto em termos gramaticais quanto em termos de lugar de fala ocupado pelo enunciador. Para exemplificar, Paulin Hountondji (2009, p. 121) coloca que:

Por história africana entende-se normalmente o discurso histórico sobre África, e não necessariamente um discurso histórico proveniente de África ou produzido por africanos. Em termos gramaticais, referimo-nos à história de África: *historia Africae* em Latim, em que *Africae*, genitivo de *Africa*, seria

um genitivo objectivo, e não um genitivo subjectivo. Na mesma ordem de ideias, a sociologia ou a antropologia africanas significam a sociologia ou a antropologia *de* África enquanto genitivo objectivo, ou seja, um discurso sociológico ou antropológico *sobre* África e não uma tradição sociológica ou antropológica desenvolvida *por* africanos em África. Da mesma forma, a linguística africana é entendida como o estudo de línguas africanas e não um estudo necessariamente feito por africanos.

Tal questão é importante para compreender a(s) colonialidade(s) em África, especialmente no que tange às demarcações epistemológicas coloniais. Porém, antes de se aprofundar em tais considerações, é preciso destacar as diferenças entre o que se entende sobre colonialidade e colonialismo. A diferenciação entre os dois conceitos é necessária para que se cumpra com o objetivo geral deste trabalho que é o de compreender tais colonialidades em África reveladas pelo caso de Nzinga.

A colonização em África, por parte das nações europeias, estabeleceu uma relação colonial de dominação direta, política, social e cultural. A essa dominação organizada em um sistema político formal sobre as sociedades africanas se dá o nome de colonialismo (QUIJANO, 1991). A descolonização política, em seu aspecto mais formal e explícito, foi um desafio amplamente superado pelos Estados africanos ao se emanciparem das metrópoles, rompendo com o colonialismo dominante europeu (QUIJANO, 1991). No entanto, a colonialidade foi e ainda é o *modus operandi* resultante da estrutura política estabelecida pelo colonialismo.

Entende-se por colonialidade a noção de “raça” como o fundamento do padrão ocidental para classificação e dominação social. Trata-se de uma relação dominante e exploratória, determinada por uma estrutura colonial de poder que produziu discriminações sociais “codificadas como ‘raciais, étnicas, antropológicas ou nacionais’”²¹ (QUIJANO, 1991, p. 12, tradução nossa). Foi através da colonialidade, como eixo estruturante da divisão entre o ocidente e o não-ocidente, que houve uma naturalização da subalternidade deste lado da divisória, organizando até hoje a diferenciação colonial (MIGNOLO, 2005). Para Aníbal Quijano (1991), tais construções subjetivas foram assumidas pela colonialidade como fenômenos naturais, desprovidas de significação histórica, e não atribuídas como produto da dominação colonial de poder. Em síntese, a colonialidade será o que Walter Mignolo (2005) denomina como "o lado mais escuro da modernidade" imposta pelo núcleo europeu. Aqui, emprega-se o conceito de Modernidade como um projeto da civilização ocidental que celebrou as conquistas

²¹ “[...] codificadas como ‘raciales’, étnicas, ‘antropológicas’ o nacionales” (QUIJANO, 1991, p. 12).

espaço-geográficas coloniais às custas dos crimes e barbáries cometidos em África. Parte-se, portanto, da ideia de que a Colonialidade foi um elemento constitutivo (e indissociável) da Modernidade. (MIGNOLO, 2017).

Destacar a diferença semântica entre os termos colonialismo e colonialidade é importante para que se possa entender que as relações coloniais ainda persistem e são perpetuadas nas Relações Internacionais da contemporaneidade. Superar a barreira da colonialidade na disciplina clama pela atenção dos estudiosos africanos a contar sua própria história e a refletir sobre as tradições de investigação ocidentais (HOUNTONDJI, 2009, p. 124). Por tanto, torna-se urgente a crítica do paradigma supostamente universal da Modernidade/Colonialidade europeia e seu desvinculamento à colonialidade do poder (QUIJANO, 1991).

Em meio às opções descoloniais, Quijano (1991) propõe a descolonização epistemológica como o primeiro passo para a libertação dos grilhões mentais da colonialidade. Para tal, é preciso um conhecimento em África que desmistifique o saber africano sob a perspectiva única do ocidente e que faça parte de uma empreitada africana de "conhecer a si mesmo para [se] transformar" (HOUNTONDJI, 2009, p. 128). Por tal motivo, é necessário também introduzir as produções literárias como forma de saberes válidos em África, de maneira a capitalizar o conhecimento através das literaturas, que vão servir como forma de autoafirmação dos sujeitos colonizados e para o rompimento com a colonialidade do saber em África.

Isso exposto, para este trabalho é interessante utilizar o conceito de colonialidade. Este capítulo tem como objetivo elucidar as colonialidades em África, e, dentre elas, destacar as colonialidades que se referem a uma melhor compreensão do caso da rainha Nzinga. Portanto, tratar-se-á conceitualmente a colonialidade do conhecimento através dos principais autores pós-coloniais nas ciências sociais e, ainda, questionamentos sobre a colonialidade de gênero à luz da narrativa de Nzinga. Assim sendo, cumpre-se com o segundo objetivo específico desta monografia e se encaminha para a conclusão do objetivo geral proposto.

2.2 A colonialidade do conhecimento: divisão epistemológica entre o ocidente e não-ocidente

Para além do colonialismo político, a relação colonial sustentada pelos binarismos de colonizador-colonizado e dominação-dominado persiste até hoje no que concerne à

colonialidade epistemológica (MENESES, 2008). Para Maria Paula Meneses (2008) a dominação política, econômica e cultural colonial gerou uma hierarquização desses sistemas e subalternizou os saberes em África. O objetivo desta seção, portanto, visa trazer as discussões feitas sobre a questão da colonialidade do saber em África para compreender o quão as narrativas e práticas africanas, especialmente a literatura e a história de Nzinga, foram silenciadas, desqualificadas e subalternizadas.

Para Santos (2009) o pensamento moderno ocidental se traduz no que ele vai nomear de pensamento abissal:

Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo 'deste lado da linha' e o universo do 'outro lado da linha'. A divisão é tal que 'o outro lado da linha' desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. [...] A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. Este lado da linha só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante. Para além dela há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialéctica. (SANTOS, 2009, p. 23-24, grifo nosso).

Isso quer dizer que, na questão do conhecimento, "esta divisão radical entre saberes atribuiu à ciência moderna o monopólio universal da distinção entre o verdadeiro ou falso", desqualificando, assim, as narrativas oriundas de África. (MENESES, 2008, p. 06). Segundo Catherine Walsh (2007) o campo das ciências sociais nos países subalternizados pela colonialidade foi marcado por tendências que:

Substituem a localidade histórica por formulações teóricas monolíticas, monoculturais e “universais” que posicionam o conhecimento científico ocidental como central, negando ou relegando o status do não-conhecimento ao conhecimento derivado do lugar e produzido a partir das racionalidades sociais e culturas diferentes (WALSH, 2007, p. 103, tradução nossa)²².

Existe, portanto, uma distinção clara do que se caracterizou como conhecimento científico, que está no lado ocidental da linha, e o que se configurou como conhecimento não-científico, do lado não-ocidental. Em relação ao que se posicionou do lado não-ocidental da divisão, Santos (2009) refere-se a:

²² “Suplen la localidat històrica per formulacions teòriques monolítiques, monoculturals y “universals” y que posicionan el coneixement científic occidental com a central, negant així o relegant al estatus de no coneixement, a los sabers derivats de lloc i produïts a partir de racionalitats socials i culturals distintes” (WALSH, 2007, p. 103).

[...]Conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses, ou indígenas [...]. Eles desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis por se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso. [...] do outro lado da linha, não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjectivos, que, na melhor das hipóteses, podem tornar-se objectos ou matéria-prima para a inquirição científica. (SANTOS, 2009, p. 25-26).

Em África, a destruição dos saberes foi demasiada intensa. Para Quijano (1991) porém, a devastação dos padrões africanos de conhecimento, vale dizer dos elementos expressivos culturais determinísticos da sociedade, não logrou a totalidade. Ao invés, o que os europeus fizeram aos africanos foi “privá-los de legitimidade e reconhecimento na ordem cultural mundial dominada pelos padrões europeus. Foram [os conhecimentos africanos] imobilizados na categoria de ‘exóticos’” (QUIJANO, 1991, p. 13, tradução nossa)²³. O silenciamento e a subalternização dos saberes do outro lado da linha, portanto, passaram a ser incompreensíveis, e suas interpretações de mundo invisibilizadas (MENESES, 2008).

Por conseguinte, denota-se que a divisão colonial epistemológica também se faz valer do que Mignolo (2005) caracteriza como a Colonialidade e a Modernidade lados de uma mesma moeda. Dito isso, é sob a visão do ocidente e do indivíduo metropolitano que se desenvolve a civilização e a legalidade, faz-se a tal Modernidade que se sobrepõe a um “estado de natureza”²⁴ onde os indivíduos coloniais se encontram. (SANTOS, 2009). Para Walsh (2007, p. 104):

Entendemos a modernidade não como um fenômeno intra-europeu, mas a partir de sua dimensão global, ligada à hegemonia, periferia e subalternização geopolítica, racial, cultural e epistêmica que a modernidade estabeleceu a partir da posição da Europa como centro. A Colonialidade é o lado oculto da modernidade (tradução nossa)²⁵.

Isso quer dizer que a Modernidade ocidental, pelo seu olhar hegemônico, relega ao outro lado da linha à inexistência, impõe uma "universalidade" que, mesmo não aplicável ao território colonial, não compromete de nenhuma forma sua legitimidade

²³ “[...] despojarles de legitimidad y de reconocimiento en el orden cultural mundial dominado por los patrones europeos. Fueron encerrados en la categoría de ‘exóticos’” (QUIJANO, 1991, p. 13).

²⁴ Santos vai afirmar que “os indivíduos modernos, ou seja, o homem metropolitano, entram no contrato social abandonando o estado de natureza para formarem a sociedade civil” (SANTOS, 2009, p. 28).

²⁵ “Entendemos modernidad no como fenómeno intra-europeo sino desde su dimensión global, vinculada con la hegemonía, periferización y subalternización geopolítica, racial, cultural y epistémica que la modernidad ha establecido desde la posición de Europa como centro. La colonialidad es el lado oculto de la modernidad [...]” (WALSH, 2007, p. 104).

(SANTOS, 2009). A imposição da universalidade pelo ocidente vai se caracterizar por diversas formas e dentre elas, cabe enfatizar, a violência e a apropriação na divisão epistêmica colonial. Trazendo tal imposição ocidental para o caso de Nzinga, destacam-se as práticas acerca da violência que embasaram a colonialidade do conhecimento, no que Santos (2009) exemplifica como "a proibição do uso das línguas próprias em espaços públicos, da adoção forçada de nomes cristãos, da conversão e destruição de símbolos e lugares de culto, e de todas as formas de discriminação cultural e racial" (SANTOS, 2009, p. 29-30) e logo conclui que "a negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal" (SANTOS, 2009, p. 29-30).

O ponto central da discussão é de que a colonialidade do pensamento ainda é uma realidade persistente hoje como foi no período do colonialismo. A constatação de tal fato tornou necessárias proposições descoloniais epistêmicas a fim de transformar esse cenário, e que se traduzem no que Mignolo (2008) coloca como "desobediência epistêmica". Quijano (1991) propõe o início de um movimento sem o qual se tornaria impossível a descolonização do conhecimento, e sugere medidas que possibilitam ao indivíduo tornar-se desobediente epistemologicamente:

A crítica do paradigma europeu da racionalidade/modernidade é indispensável. Mais ainda, urgente. No entanto é duvidoso que o caminho consista na simples negação de todas as suas categorias; na dissolução da realidade no discurso; na pura negação da ideia e da perspectiva de totalidade do conhecimento. Longe disso, é necessário desprender-se dos elos da racionalidade-modernidade com a colonialidade, em primeiro lugar, e em última análise, com todo o poder não constituído na livre decisão das pessoas livres. É a instrumentalização da razão pelo poder colonial, em primeiro lugar, que produziu paradigmas distorcidos de conhecimento e prejudicou as promessas libertadoras da modernidade. A alternativa, portanto, é clara: a destruição da colonialidade do poder mundial (QUIJANO, 1991, p. 19, tradução nossa)²⁶.

Como alternativa descolonial para o conhecimento, Mignolo (2008) sugere o conceito de identidade em política. Para ele, tal termo:

²⁶ "La crítica del paradigma europeo de la racionalidad/ modernidad es indispensable. Más aún, urgente. Pero es dudoso que el camino consista en la negación simple de todas sus categorías; en la disolución de la realidad en el discurso; en la pura negación de la idea y de la perspectiva de totalidad en el conocimiento. Lejos de esto, es necesario desprenderse de las vinculaciones de la racionalidad-modernidad con la colonialidad, en primer término, y en definitiva con todo poder no constituido en la decisión libre de gentes libres. Es la instrumentalización de la razón por el poder colonial, en primer lugar, lo que produjo paradigmas distorsionados de conocimiento y malogró las promesas liberadoras de la modernidad. La alternativa en consecuencia es clara: la destrucción de la colonialidad del poder mundial" (QUIJANO, 1991, p. 19).

É a única maneira de pensar descolonialmente (o que significa pensar politicamente em termos e projetos de descolonização). Todas as outras formas de pensar (ou seja, que interferem com a organização do conhecimento e da compreensão) e de agir politicamente, ou seja, formas que não são descoloniais, significam permanecer na razão imperial; ou seja, dentro da política imperial de identidades (MIGNOLO, 2008, p. 290).

Em outras palavras, a identidade em política diz respeito à construção de teorias e organizações políticas "fundamentadas em identidades que foram alocadas [...] por discursos imperiais" (MIGNOLO, 2008, p. 289) como maneira de se superar a colonialidade. Fundamentar-se em outra alternativa que não a identidade em política pode tornar impossível desnaturalizar a construção racial e colonial das identidades subalternizadas no mundo contemporâneo. (MIGNOLO, 2008). Por fim:

A identidade *em* política é relevante não somente porque a política de identidade permeia [...] todo o espectro das identidades sociais (condições de ser negro ou branco, mulher ou homem, em homossexualidade e também em heterossexualidade), mas porque o controle da política de identidade reside, principalmente, na construção de uma identidade que não se parece como tal, mas como a aparência "natural" do mundo. Ou seja, ser branco, heterossexual e do sexo masculino são as principais características de uma política *de* identidade que denota identidades tanto similares quanto opostas como essencialistas e fundamentalistas (MIGNOLO, 2008, p. 289, grifo nosso).

A conexão entre a identidade em política e a decolonialidade, portanto, vai desvelar as identidades silenciadas sob as teorias e valores "universais" construídas pelo pensamento e experiência e narrativas ocidentais, alicerçadas pela diferenciação racial e subalternização das identidades não-ocidentais (MIGNOLO, 2008). Insere-se, a partir desse momento, a literatura de ficção em África como instrumento para a operacionalização da identidade em política.

As opções descoloniais, então, serão inerentemente epistêmicas. É importante frisar que a busca pela decolonialidade dos conhecimentos denominados não-científicos não significa o descrédito dos saberes ocidentais. Ou seja, o desvinculamento epistêmico proposto pelas opções descoloniais não quer dizer abandonar ou deslegitimar o que já foi aprendido por todo o sistema internacional. Nesse sentido, Grosfoguel (2008) coloca o conceito de pensamento de fronteira, que nada mais é do que "uma resposta transmoderna descolonial do subalterno perante a modernidade eurocêntrica" (GROSFOGUEL, 2008, p. 138). Para ele, é preciso transpor os fundamentalismos dos países subalternos perante o eurocentrismo, desprender-se do discurso de rejeição à Modernidade europeia e partir

para abordagens epistemológicas oriundas do lado oprimido da diferenciação colonial.

Para Walsh, o objetivo está em:

Refutar os pressupostos que localizam a produção de conhecimento apenas na academia, entre acadêmicos e dentro do cientificismo, cânones e paradigmas estabelecidos. Refutam também os conceitos de racionalidade que governam o conhecimento errôneo “expert”, negador e detrator de práticas, agentes e conhecimentos que não se enquadram na racionalidade hegemônica e dominante. Tal refutação não implica em descartar completamente essa racionalidade, mas em ver suas pretensões coloniais e imperiais e disputar seu posicionamento como única, questionando também a suposta universalidade do conhecimento científico que preside as ciências sociais, na medida em que não capta a diversidade e a riqueza da experiência social, nem as alternativas epistemológicas anti-hegemônicas e decoloniais que emergem dessa experiência (WALSH, 2007, p. 104, tradução nossa)²⁷.

Tais opções descoloniais estão no processo de desocultar os caminhos para o futuro pavimentados apenas pelas construções ocidentais do saber:

Felizmente, a opção descolonial concede à concepção da reprodução da vida que vem de damnés, na terminologia de Frantz Fanon, ou seja, da perspectiva da maioria das pessoas do planeta cujas vidas foram declaradas dispensáveis, cuja dignidade foi humilhada [...]. Essa é a opção descolonial que alimenta o pensamento descolonial ao imaginar o mundo no qual muitos mundos podem coexistir (MIGNOLO, 2008, p. 296).

É dizer que:

Não deve o Terceiro Mundo contentar-se com definir-se em relação a valores que o antecederam. Ao contrário, devem os países subdesenvolvidos esforçar-se por dar à luz valores que lhe sejam próprios, métodos e um estilo que lhe sejam específicos [...] Temos de recusar categoricamente a situação a que nos querem condenar os países ocidentais. O colonialismo e o imperialismo não estão quites conosco por terem retirado de nossos territórios suas bandeiras e suas forças policiais. (FANON, 1968, p. 78-80).

Consequentemente, a decolonialidade é uma *práxis*, ela induz à prática descolonial, na medida em que "a distinção moderna entre teoria e prática não se aplica quando você entra no campo do pensamento de fronteira e nos projetos descoloniais"

²⁷ “Es decir, refutar los supuestos que localizan la producción de conocimiento únicamente en la academia, entre académicos y dentro del cientificismo, los cánones y los paradigmas establecidos. También refutar los conceptos de racionalidad que rigen el conocimiento mal llamado “experto”, negador y detractor de las prácticas, agentes y saberes que no caben dentro de la racionalidad hegemónica y dominante. Tal refutación no implica descartar por completo esta racionalidad, sino hacer ver sus pretensiones coloniales e imperiales y disputar su posicionamiento como única, de esta manera cuestionan también la supuesta universalidad del conocimiento científico que preside las ciencias sociales, en la medida en que no capta la diversidad y riqueza de la experiencia social ni tampoco las alternativas epistemológicas contra-hegemónicas y decoloniales que emergen de esta experiencia” (WALSH, 2007, p. 104).

(MIGNOLO, 2008, p. 291). E, como coloca Mignolo (2008, p. 290), a opção descolonial significa "aprender a desaprender", o que demanda obrigatoriamente ser epistemologicamente desobediente.

O pensar descolonial vai significar, então, um pensamento de exterioridade a partir de "uma posição epistêmica subalterna vis-à-vis à hegemonia epistêmica que cria, constrói, erege um exterior a fim de assegurar sua interioridade" (MIGNOLO, 2008, p. 304). Como coloca Meneses (2008), o pensamento contemporâneo busca contribuir para as opções descoloniais do saber, através de críticas à epistemologia "moderna" ocidental por meio de abordagens contra disciplinares, sendo assim, colocam em cheque as explicações dominantes do conhecimento e desafiam as relações epistemológicas imperiais do saber. Por fim:

A pós-colonialidade, por sua vez, é um salutar lembrete das relações "neocoloniais" remanescentes no interior da "nova" ordem mundial e da divisão de trabalho multinacional. Tal perspectiva permite a autenticação de histórias de exploração e o desenvolvimento de estratégias de resistência. Além disto, no entanto, a crítica pós-colonial dá testemunho desses países e comunidades – no norte e no sul, urbanos e rurais - constituídos, se me permitem forjar a expressão, "de outro modo que não a modernidade". Tais culturas de contra-modernidade pós-coloniais podem ser contingentes à modernidade, descontínuas ou em desacordo com ela, resistentes a suas opressivas tecnologias assimilacionistas; porém, elas também põem em campo o hibridismo cultural de suas condições fronteiriças para "traduzir, e portanto reinscrever, o imaginário social tanto da metrópole como da modernidade (BHABHA, 1998, p. 26).

Em Relações Internacionais, a divisão colonial epistêmica é evidente. O cerne da questão se encontra na discussão sobre o eurocentrismo da disciplina, em como superá-lo, e têm gerado uma vasta gama de possibilidades acerca da decolonialidade em Relações Internacionais. Para Zeynep G. Capan (2017) as:

Críticas do Eurocentrismo das narrativas em Relações Internacionais têm, primeiramente, focado na "ausência" de outros atores e como suas ações têm sido silenciadas. [...] As narrativas das Relações Internacionais estabeleceram a "Europa" como referência central e protagonista da história, e eventos ocorridos fora da Europa se tornam derivados dos eventos que já aconteceram na Europa (CAPAN, 2017, p. 02, tradução nossa)²⁸.

²⁸ "Criticisms of the Eurocentrism of the narratives of International Relations have primarily focused upon the 'absence' of other actors and how their agency was being silenced. [...] The narratives of International Relations establish 'Europe' as the central referent and main actor of history, and events outside of Europe become derivative of events that have already happened in Europe" (CAPAN, 2017, p. 02).

O que ocorre é que o desenvolvimento da disciplina de Relações Internacionais se constituiu sob escopos espaço-temporais definidos pela divisão entre Velho e Novo Mundo, tal qual as zonas coloniais, tornando a Europa referência no tangente ao conhecimento do sistema internacional e o modelo regente de interpretação das diferentes realidades. O problema, contudo, reside na replicação desses escopos espaço-temporais através dos binarismos e dicotomias coloniais/raciais (CAPAN, 2017). Com isso:

A colonialidade permite um entendimento do presente como uma continuação das formas coloniais de dominação. Como tal, abre espaço para questionar não apenas o papel constitutivo do passado colonial na formação do atual sistema internacional, mas também como formas de dominação colonial que continuam a operar no presente (pós) colonial (CAPAN, 2017, p. 02, tradução nossa)²⁹.

Sob essa perspectiva colonial e a reprodução dos binarismos das relações de poder, destacam-se também nas Relações Internacionais a divisão entre o que é ocidental e o que é não-ocidental (CAPAN, 2017). Bischoff et al. (2016) argumenta que:

As principais teorias de RI [...] Estão profundamente arraigadas, e contempladas, nas reivindicações da história, da tradição intelectual e da agência ocidentais para conceder pouco mais do que um lugar marginal àqueles do mundo não-Occidental. Isso cria uma “disjunção”, segundo a qual estas supostas teorias universais falham em capturar e explicar tendências e desafios das relações internacionais no mundo não-Occidental (BISCHOFF et al., 2016, p. 02, tradução nossa)³⁰.

E, em resposta:

[...] clamam pelo desenvolvimento de um novo paradigma à teoria das Relações Internacionais que seja mais global, aberto, inclusivo e capaz de abranger a voz e a experiência de ambos os mundos ocidental e não-ocidental, e que evite as atuais desconjunturas entre as ferramentas teóricas e as realidades reais do mundo além do Ocidente (BISCHOFF et al., 2016, p. 02, tradução nossa)³¹.

²⁹ “Coloniality enables an understanding of the present as a continuation of the colonial forms of domination. As such, it opens up space to question not only the constitutive role of the colonial past in the formation of the present international system but also how forms of colonial domination continue to operate in the (post)colonial present” (CAPAN, 2017, p. 02).

³⁰ “The main current theories of IR are too deeply rooted in, and beholden to, the history, intellectual tradition and agency claims of the West to accord little more than a marginal place to those of the non-Western World. This creates a “disjuncture”, whereby this supposedly universal theories fail to capture and explain the key trends and puzzles of international relations in the non-western World” (BISCHOFF et al., 2016, p. 02).

³¹ “In response, they call for the development of a new paradigm of IR Theory (IRT) that is more global, open, inclusive, and able to capture the voice and experiences of both Western and non-Western worlds and avoid the present disjunctures between theoretical tools and the ground realities of the world beyond the west” (BISCHOFF et al., 2016, p. 02).

Descolonizar, portanto, as Relações Internacionais implica problematizar o mundo ocidental como a única maneira de se produzir conhecimento na disciplina, além de questionar, como comentamos anteriormente, essa divisão espacial e geopolítica colonial que separa a produção do conhecimento (CAPAN, 2017). Dito isso, alguns pontos são importantes de serem enfatizados. Conforme Capan (2017), é preciso ter em mente de que, para que se atinja a decolonialidade das Relações Internacionais de fato, é preciso adicionar práticas reais de produção do conhecimento, e não apenas um acúmulo de mais conteúdos acerca do tema. Enquanto a produção do conhecimento "permanecer dentro dos binarismos reproduzidos pela matriz colonial do poder, qualquer 'criticismo' reproduz essas relações de poder" (CAPAN, 2017, p. 09, tradução nossa)³².

Em África, os dilemas da colonialidade em Relações Internacionais não são diferentes, senão, agravantes. O posicionamento africano nas Relações Internacionais tem sido constantemente analisado de maneira exógena, na medida em que se estuda o papel e o impacto de outros atores internacionais no continente, ao contrário de se analisar o papel e o impacto africano nestes mesmos atores (VAN WYCK, 2016). Vale ainda dizer que é interessante observar qual pode ser esse impacto dos atores africanos na Europa, na América e na própria África, em uma conexão transatlântica de conhecimento e da própria literatura africana.

É comum observarmos que os discursos sobre o posicionamento internacional de África, em sua maioria, recaem na sentença vitimada de "exploração, colonização, discriminação, marginalização e subdesenvolvimento do continente" (VAN WYCK, 2016, p. 108, tradução nossa)³³. O ponto de partida, como coloca Bischoff et al. (2016), é que:

[...] as teorias e paradigmas das relações internacionais desenvolvidos na periferia, incluindo África, não são centrais para as teorias de Relações Internacionais definidos no núcleo, ainda que a África possa prover relações internacionais teoricamente originais. O ponto de virada disto é que os estudiosos de África descobriram que, quando testaram teorias e percepções gerais de IR, elas não funcionaram. As teorias de Relações Internacionais afirmam validação universal, mas quando testadas não se mostram aplicáveis a, pelo menos, um dos cinco continentes [...](BISCHOFF et al., 2016, p. 05, tradução nossa)³⁴.

³² "[...] remains within the binaries re-produced by the colonial matrix of power, any 'criticality' reproduces those power relations" (CAPAN, 2017, p. 09).

³³ "[...] exploitation, colonization, discrimination, marginalization and underdevelopment of the continent" (VAN WYCK, 2016, p. 108).

³⁴ "theories and paradigms of international relations developed in the periphery, including Africa, are not central to the international relations theories defined in the core' even though Africa can provide international relations with theoretical originality. The flipside of this is that African scholars have found

No entanto, a África ainda apresenta alguns elementos emblemáticos na desconstrução do pensamento colonial do saber em Relações Internacionais. Van Wyck (2016) aponta para a importância de não se considerar a África como um "ator monolítico" e de frisar as distintas experiências históricas que permearam o continente e que resultaram em uma variedade de construções identitárias. Na busca por alternativas não-ocidentais na abordagem das Relações Internacionais, Tiongh'o (1987, p. 06) levanta o questionamento acerca do conhecimento e da literatura africana:

Foi literatura sobre África ou sobre a experiência africana? Foi a literatura escrita por africanos? E quanto a um não-africano que escreveu sobre África: seu trabalho se qualifica como literatura africana? E se um africano colocasse seu trabalho na Groenlândia: isso se qualificaria como literatura africana? Ou as línguas africanas eram critérios? OK: e quando ao Árabe, não é estrangeiro para África? E quanto ao Francês e o Inglês, que se tornaram idiomas africanos? E se um europeu escrevesse em um idioma africano? (TIONGH'O, 1987, p. 06)³⁵.

Portanto, a contribuição de África nas Relações Internacionais, e, em especial da literatura africana, se mostra bastante significativa para um estudo descolonial da disciplina. Inclusive, é necessário enfatizar o quanto a literatura de ficção africana pode colaborar para esse estudo nas Relações Internacionais, tal qual colabora para outras disciplinas sociais com a História e a Sociologia. O que se mostra pouco substancial, no entanto, é uma abordagem única e a convivência com as ideias e preceitos ocidentais "universais" nas teorias de Relações Internacionais (VAN WYCK, 2016).

Por fim, torna-se necessário, então, delinear o objetivo de se trazer a perspectiva da Decolonialidade em Relações Internacionais e da produção de conhecimento em tal disciplina:

O objetivo aqui não é engajar-se em testes de teoria suave ou aplicar conceitos estabelecidos em Relações Internacionais sobre poder, instituições e ideias, a um contexto africano e fazer pequenos ajustes para que eles se encaixem melhor. Em vez disso, o objetivo é identificar e conceitualizar ideias, vozes e relacionamentos africanos em seus próprios termos e avaliar sua relação com aqueles que encontramos na teoria da RI existente. Ao mesmo tempo,

that when testing general IR percepts and theories they find they do not work. IRT asserts universal validity but when testing its theory it is not applicable to at least one of five continents" (BISCHOFF et al., 2016, p. 05).

³⁵ "Was it literature about Africa or about the African experience? Was it literature written by Africans? What about a non-African who wrote about Africa: did his work qualify as African literature? What if an African set his work in Greenland: did that qualify as African literature? Or were African languages the criteria? OK: what about Arabic, was it not foreign to Africa? What about French and English, which had become African, languages? What if an European wrote about Europe in an African language?" (TIONGH'O, 1986, p. 06).

reconhecemos que as contribuições africanas para a teoria da RI não devem e não precisam se basear exclusivamente em alegações sobre a peculiaridade do excepcionalismo africano. Não estamos aqui para criar uma 'Escola Africana de Relações Internacionais'. Pelo contrário, acreditamos que as vozes e contribuições africanas devem ter uma ressonância global e podem ser levadas ao cerne da disciplina de RI (BISCHOFF et al., 2016, p. 01-02, tradução nossa)³⁶.

Buscou-se trazer, nesta seção, as considerações sobre a colonialidade do saber em África e as intersecções reveladas pela história de Nzinga. Coube destacar a dicotomia epistêmica do saber e o não-saber científico, persistente até os dias de hoje, de maneira a compreender onde se encaixa a literatura africana nesse molde colonial ocidental. Para revelar as colonialidades expostas pela narrativa de Nzinga, no entanto, cabe ainda expor outro tópico que é de suma importância para compreendermos a invisibilidade da sua história em Relações Internacionais, que é a colonialidade de gênero, a ser tratada na seção seguinte.

2.3 A colonialidade de gênero: questionamentos sobre a intersecção de gênero e modernidade colonial

A temática de gênero em Relações Internacionais, em especial da colonialidade de gênero, é uma questão polêmica que ainda divide pesquisadores do tema. No entanto, discorrer acerca de Nzinga e não questionar as relações de gênero presentes em sua história é, certamente, um lapso na análise de sua narrativa. Portanto, e cumprindo com a função deste capítulo de revelar as colonialidades em África expostas pelo caso da rainha Nzinga, esta seção tem por objetivo trazer as problemáticas de gênero que permearam sua história e questionar o gênero como estrutura e eixo colonial de sua narrativa.

Como toda forma de colonialidade, a colonialidade de gênero é uma *práxis*. Para entender a intersecção entre África e a Modernidade colonial sob as relações sistêmicas de gênero é preciso fazer descolonialmente. Para Segato (2012, p. 116) "não se trata meramente de introduzir o gênero como um tema entre outros da crítica descolonial ou

³⁶ “The goal here is not to engage in bland theory testing or to apply established concepts in mainstream IR about power, institutions and ideas, to an African context and make minor adjustments to make them fit better. The goal rather is rather to identify and conceptualise african ideas, voices and relationships *on their own terms* and assess their relationship with those we find existing IR theory. At the same time, we recognise that african contributions to IR theory should not and need not to be based exclusively on claims about African distinctiveness of *African exceptionalism*. We are not here to create an 'African School of International Relations'. Rather, we believe African voices and contributions should have a global resonance and can be brought to the core of the discipline of IR” (BISCHOFF et al., 2016, p. 01-02).

como um dos aspectos da dominação no padrão da colonialidade", ou seja, não se deve abordar a colonialidade de gênero como apenas mais uma das teorias descoloniais. O que propõe Segato (2012, p. 116) é de:

Conferir-lhe [ao gênero] um real estatuto teórico e epistêmico ao examiná-lo como categoria central capaz de iluminar todos os outros aspectos da transformação imposta à vida das comunidades ao serem capturadas pela nova ordem colonial/moderna.

Antes de se entrar nas questões coloniais da construção de gênero é preciso entendê-lo como uma categoria que define valor e significado às diferenças biológicas corporais. Mas também, como coloca Ribeiro (2011, p. 55) o gênero é “um modo de dar significado às relações de poder e um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre sexos”. É na questão da diferenciação pelas relações sociais de gênero, portanto, que é possível analisar a intersecção do gênero com a Colonialidade/Modernidade pela narrativa de Nzinga.

Maria Lugones (2014) interpreta “a hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano como a dicotomia central da modernidade colonial”. Em outras palavras, ter-se-á a distinção clara entre os sujeitos ocidentais como detentores da humanidade, e os sujeitos coloniais animalizados. Lugones vai afirmar que:

Uma distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano foi imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental. Ela veio acompanhada por outras distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquela entre homens e mulheres. Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens (LUGONES, 2014, p. 936).

É nas tensões criadas na primeira modernidade³⁷ histórica, sob a imposição do sistema colonial moderno, que se sujeitam os/as colonizados/as perante a hierarquização da humanidade como instrumento de condenação (LUGONES, 2014).

Para compreendermos as categorias generificadas na história de Nzinga, é preciso situá-la nesse sistema colonial de gênero. Conforme Lugones (2014), a distinção entre humanos e não humanos também se traduz nos binarismos homem-mulher para humanos

³⁷ Lugones vai afirmar que a primeira modernidade ou modernidade colonial se configurou no momento da conquista colonial, na chegada do ocidente aos territórios denominados coloniais. A segunda modernidade refere-se ao momento da Revolução Industrial, configurando-se como uma modernidade capitalista (LUGONES, 2014, p. 936)

e macho-fêmea para não humanos. Os machos não humanos eram entendidos a partir da compreensão de “homem” humano, enquanto as fêmeas eram compreendidas pela versão inversa do homem, a “mulher” humana. Em outras palavras, os indivíduos colonizados passaram a se tornar machos e fêmeas dentro do sistema colonial (LUGONES, 2014). Entende-se então que o gênero, como imposição da Colonialidade/Modernidade, traduz-se em “um não humano feminino colonizado [que] não foi somente racializado, mas também reinventado pela missão civilizatória como mulher por meio dos códigos de gênero ocidentais” (COSTA, 2014, p. 931).

É importante frisar, ademais, a intersecção entre gênero e sexo no sistema colonial. Quando se estudam as sociedades colonizadas, a determinação entre os gêneros e sexos é frequentemente feita com base na observação dos comportamentos e atividades sociais executadas por cada um deles (LUGONES, 2014). Sendo assim:

Ao fazê-lo, eles/elas afirmam a inseparabilidade de sexo e gênero [...] Análises mais contemporâneas têm introduzido argumentos pela reivindicação de que gênero constrói sexo. Mas, na versão anterior, sexo fundamentava gênero. Geralmente se confundiam: onde você vê sexo, verá gênero e vice-versa (LUGONES, 2014, p. 937).

No entanto, é importante observar que para a colonialidade de gênero, o sexo era percebido isoladamente na categorização das sociedades colonizadas. Isto é, gênero e sexo "não podiam ser ao mesmo tempo vinculados inseparavelmente e racializados" (LUGONES, 2014, p. 937).

Isto exposto, convém situar Nzinga em termos da colonialidade de gênero. Segato (2012) coloca que há distinções abismais entre a compreensão de gênero ocidental e gênero não-ocidental. Através de dados, documentos e relatos históricos/etnográficos das sociedades não-ocidentais é possível perceber que existem:

Estruturas reconhecíveis de diferença semelhantes ao que chamamos relações de gênero na modernidade, que incluem hierarquias claras de prestígio entre masculinidade e feminilidade, representados por figuras que podem ser entendidas como homens e mulheres (SEGATO, 2012, p. 117).

Estruturas, estas, que ainda que distintas da compreensão ocidental, são expressivas para entendermos as sociedades não-ocidentais. Porém, tal sistema não-ocidental se difere completamente no que diz respeito ao engessamento do sistema de gênero da Colonialidade/Modernidade, em que as posições de gênero e sexo são intransitáveis e inflexíveis (SEGATO, 2012). Enquanto para Lugones (2014, p. 942) o “sistema de gênero

é não só hierárquica mas racialmente diferenciado, e a diferenciação nega humanidade” logo, nega também gênero às colonizadas, para Segato (2012) o gênero existe entre os sujeitos coloniais em um formato diferente ao que assume na modernidade.

A análise da narrativa de Nzinga nos permite atestar que as relações de gênero eram, de fato, presentes na sociedade do Ndongo e Matamba (PANTOJA, 2010). O problema reside em quando a colonialidade/modernidade impõe a sua compreensão de gênero sob essas sociedades, intervindo nas relações existentes e modificando-as brutalmente. Como entender a posição de Nzinga como mulher em África quando as interpretações sobre sua figura partem das visões engessadas de gênero, visões do homem por excelência – ocidental, branco, heterossexual? Segato (2012) enfatiza que:

As agências das administrações coloniais que se sucederam entram nesse registro [das sociedades não-ocidentais] em relação a com quem se parlamenta, com quem se guerreia, com quem se negocia, com quem se pactua [...] que se reivindicam em tempos de política de identidade. A posição masculina ancestral, portanto, se vê agora transformada por este papel relacional com as poderosas agências produtoras e reprodutoras da colonialidade. É com os homens que os colonizadores guerrearam e negociaram, e é com os homens que o Estado da colonial/modernidade também o faz (SEGATO, 2012, p. 119).

Sob esse ponto de vista, podemos compreender a redutibilidade da narrativa de Nzinga por parte de seus enunciadores coloniais ao deliberadamente construir estruturas masculinas e interlocutores homens como líderes sociais (SEGATO, 2012).

Nesse aspecto, cabe apontar que a empreitada colonial, sob o pretexto de missão civilizatória – e, assim, enfatizando o en selvajamento e inumanidade dos indivíduos não-ocidentais – utilizou-se dos binarismos hierárquicos de gênero como forma de avaliação (LUGONES, 2014). A missão civilizatória colonial “era a máscara eufemística do acesso brutal aos corpos das pessoas através de uma exploração inimaginável” (LUGONES, 2014, p. 938) e as implicações desse sistema avaliativo de subalternização e subjugação das mulheres se demonstrou cruel:

A confissão cristã, o pecado e a divisão maniqueísta entre o bem e o mal serviam para marcar a sexualidade feminina como maligna, uma vez que as mulheres colonizadas eram figuradas em relação a Satanás, às vezes como possuídas por Satanás (LUGONES, 2014, p. 938).

Dessa forma, compreende-se que não somente o gênero era uma imposição ocidental, mas também as pressões exercidas pelo sistema colonial sobre as diversas formas de sexualidade. Neste sentido, a Colonialidade/Modernidade induziu ações e ameaças

punitivas “com o objetivo de fixar as práticas [não-ocidentais de sexualidade] na matriz heterossexual binária do conquistador” (SEGATO, 2012, p. 126). Por fim, Segato conclui que:

Muitos dos preconceitos morais hoje percebidos como próprios do “costume” ou da “tradição” [...] são em realidade preconceitos, costumes, tradições modernas, isto é, oriundos do padrão criado pela colonial/modernidade. Em outras palavras, o suposto “costume” homofóbico, assim como outros, é já colonial/moderno e, uma vez mais, encontramos-nos com o antídoto jurídico que a modernidade produz para sanar os males que ela mesma introduziu e continua propagando (SEGATO, 2012, p. 126).

Este engessamento das representações identitárias de sexualidade, bem como de gênero, também denotam como características próprias da racialização, construídas pelo sistema da Colonialidade/Modernidade, que induz os sujeitos não-ocidentais a posições fixas dentro do cânone binário ocidental categorizado em brancos não-brancos (SEGATO, 2012).

Os questionamos apontados, como comentado anteriormente, dividem pesquisadores no que concerne a uma atualização e reflexão das categorias de gênero da Colonialidade/Modernidade. Porém, é importante frisar que o objetivo está em desafiar esses cânones ocidentais generificados, os quais o sistema colonial impôs através da utilização dicotômica hierárquica e categorial (LUGONES, 2014). É necessário, portanto, transpor os binarismos opressivos da modernidade colonial de maneira a “repensar as fronteiras coloniais entre humano e não humano, matéria e discurso que estruturam a colonialidade do gênero e a colonialidade do poder” (COSTA, 2014, p. 933). É só assim que será possível o *fazer* descolonial, integrando outras vozes além do humano para superar as barreiras da colonialidade.

Por conseguinte, o próximo capítulo desta monografia tem por finalidade adentrar, enfim, no campo da literatura de ficção como fonte de conhecimento em África para as Relações Internacionais. Serão apresentados pontos cruciais acerca da escrita literária africana, seu papel de (re)contar histórias invisibilizadas pelo colonialismo e analisar, pela perspectiva do caso da rainha Nzinga, a importância de se introduzir a literatura de ficção no campo das Relações Internacionais como instrumento decolonial.

3 A LITERATURA DE FICÇÃO EM ÁFRICA COMO INSTRUMENTO DESCOLONIAL DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

3.1 Considerações iniciais

No capítulo anterior, buscou-se explicar as colonialidades em África, destacando a colonialidade do poder e a colonialidade de gênero expressas pela narrativa de Nzinga. Este capítulo tem por finalidade incluir, enfim, o campo da literatura de ficção em África nas Relações Internacionais. Buscar-se-á exprimir pontos importantes acerca da escrita literária africana, sua relevância histórica como instrumento de recontar histórias e desocultar narrativas silenciadas pelo colonialismo, bem como trazer as funções exercidas pela literatura nos movimentos de descolonização dos países africanos. Para tal, os fundamentos da colonialidade epistêmica expressos no capítulo anterior são de suma necessidade para se compreender a literatura de ficção como fonte de conhecimento em África.

Para este trabalho, compreende-se a literatura de ficção como uma forma cultural de intersecção entre o colonialismo e a modernidade ocidental. Trata-se, sobretudo, o romance como gênero literário relevante para a formação de experiências, referências e comportamentos coloniais (SAID, 2011). À vista disso, quando se fala em literatura, para este capítulo, está se referindo à escrita literária de caráter ficcional.

Para muitos pesquisadores humanistas ocidentais há uma incapacidade de se estabelecer conexões entre "a longa sórdida crueldade de práticas como a escravidão, opressão racial e colonialista, e o domínio imperial" e a "poesia, ficção e a filosofia" (SAID, 2011, p. 6). Conforme Said (2011), muitos desses autores literários provenientes do ocidente sequer questionaram a noção de raça e a "inferiorização" dos povos colonizados em suas narrativas. Na verdade, o que ocorre é que a narrativa de ficção, ainda que bastante criticada pela cientificidade, compreende um lugar expressivo na história e no mundo colonial. Sob esse prisma, vale atestar de que a literatura ficcional já foi incorporada por diversos campos do conhecimento, como a própria História e a Sociologia, e que nas Relações Internacionais há uma defasagem nesse sentido.

Por conseguinte, antes de se adentrar no mundo da literatura de ficção em África, é fundamental destacar alguns aspectos literários importantes e para compreender o que se entende, nesta monografia, por literatura de ficção em Relações Internacionais. Antes de adentrar no conteúdo, no entanto, é importante frisar de que a análise literária deve

sempre ser consciente conforme espaço de fala o qual o locutor ocupa. Expressar sobre espaço de fala é, nada mais, do que contestar a universalidade imposta sobre a historiografia tradicional e à hierarquização dos saberes (RIBEIRO, 2017).

Quando se dialoga sobre a necessidade do protagonismo de vozes silenciadas pelo colonialismo, em especial de África, isso diz respeito ao *locus* social, um espaço preenchido por aqueles ditos subalternizados e que em nada se relaciona a visões essencialistas de enunciação. Para a pesquisadora Djamila Ribeiro (2017, p. 69) "o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas". Com isso, objetiva-se refutar o discurso universalista e homogeneizador ao promover uma multiplicidade de vozes que falam por si mesmas, quebrando com os paradigmas discursivos ocidentais (RIBEIRO, 2017).

Gayatri Spivak (2010) versa acerca da existência de relações de poder que fomentam a hierarquização dos saberes, como apresentado no capítulo anterior, dos conhecimentos oriundos dos espaços sociais ocupados por grupos subalternizados. Essa afirmação nos leva a destacar de "como os grupos subalternos não tem direito à voz, por estarem num lugar no qual suas humanidades não foram reconhecidas" (RIBEIRO, 2017, p. 74). Por fim, Ribeiro (2017, p. 86) entende que:

Todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, a partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade. O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de *locus* social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados.

A discussão acerca do espaço de fala é de suma importância para os estudos pós-coloniais e, em especial, ao presente trabalho. Estar consciente desse papel é essencial para não replicar visões estereotipadas sobre o Outro, já bastante fomentadas pela historiografia ocidental, e não falar e/ou representar por aqueles subalternizados, não contribuindo em nada para a decolonialidade do conhecimento (SPIVAK, 2010) e para a decolonialidade das Relações Internacionais.

Feita a consideração acerca do espaço de fala, é importante observar que para compreender a literatura de ficção em África como um instrumento descolonial é preciso não fomentar discursos generalizantes. É sabido que a África não é um ator monolítico e se entende que há uma vasta pluralidade de elementos que a constituem. Em vista disso,

não se pretende, neste trabalho, generalizar a literatura de ficção de África ao tratar da literatura africana, mas sim compreender as conexões entre essas literaturas pós-descolonização e os papéis assumidos pelas mesmas. Por conseguinte, as próximas seções deste capítulo estão divididas em duas partes: a primeira com foco em aprofundar a relevância da literatura de ficção em África ao exercer um importante papel de recontar histórias silenciadas pelo colonialismo e, a segunda, para exprimir as funções exercidas pela literatura ficcional africana, desde os processos de emancipação política a construção de uma própria modernidade pela literatura.

3.2 A relevância da literatura de ficção em África: o processo de recontar histórias silenciadas pelo colonialismo

Para Racioppi e Tremonte (2003) as Relações Internacionais se configura como um campo que abrangeu em seu núcleo as disciplinas de História, Ciência Política e Economia. Nos últimos anos, a dinamicidade das Relações Internacionais atestou a importância da cultura ocupando um papel central na formação e reestruturação da política internacional e das relações de poder entre os Estados (RACIOPPI; TREMONTE, 2003). Tais asserções dizem respeito a um elemento fundamental para a disciplina de Relações Internacionais: a interdisciplinaridade. Para Klein (1990) as origens da interdisciplinaridade em RI remontam de uma complexa teia de histórias. No entanto, independente de onde possamos localizar tal elemento, o ponto central está em reinterpretar as bases do conhecimento e das epistemologias emergentes em meados do século XX que dizem respeito a multidisciplinaridade em Relações Internacionais (RACIOPPI; TREMONTE, 2003).

Isto exposto, o ponto fundamental está em considerar a Literatura como parte dessa compilado de disciplinas e uma fonte de conhecimento válida para as Relações Internacionais contemporâneas. Para Paul Sheeran (2007) a literatura é capaz de revelar padrões e realidades complexos em meio a cenários históricos e contemporâneos, em que, de maneiras explícitas e suaves, desdobra-se em todas as culturas e nacionalidades. Trata-se de utilizar a literatura como veículo para dar sentido às Relações Internacionais, por uma literatura que versa através de várias vozes da ficção e outras formas representativas de cultura, que informa ações e interpreta realidades (SHEERAN, 2007). É dizer que:

A literatura mundial é um recurso incrível para investigações culturais de todos os tipos. O escopo de tirar o fôlego da literatura internacional produz *insights* para compreender uma série de questões ativas nas relações internacionais: temas comuns que unem literatura e civilização. Cada geração luta para defender ou transformar as forças que a escravizam ou libertam, isso ocorre na nação e no lar ³⁸(SHEERAN, 2007, p. 147, tradução nossa).

E, com isso:

Ao refletir sobre o valor da literatura em dar sentido ao complexo processo de tomada de decisão na política mundial, o escopo do assunto é ampliado em um sentido positivo para incluir obras e influências que de outra forma seriam ignoradas ³⁹(SHEERAN, 2007, p. 22, tradução nossa).

Sob esse ponto de vista então, para Racioppi e Tremonte (2003) a incorporação da literatura no escopo das Relações Internacionais permite gerar novos tipos de conhecimento e abordagens metodológicas, e é nessa linha de conhecimento que se pode inferir a literatura como uma representação cultural central e mecanismo de reinterpretação das realidades afetadas pelo colonialismo e imperialismo.

Sobre a literatura de ficção moderna em África, infere-se de que ela é a consequência de um processo que acompanhou a Modernidade/Colonialidade, em que toda a produção literária inserida no contexto colonial era direta ou indiretamente passada pela metrópole (SOARES, 2011). No período da colonização, os textos históricos que versavam sobre África eram contados pelo e no ocidente, em virtude da proibição de se publicar autores coloniais e/ou editar narrativas oriundas de África. Por tal motivo, a literatura ficcionista permitiu a possibilidade de se contar histórias sob a perspectiva do sujeito colonizado, através de autores propriamente africanos.

A grande maioria dos processos de emancipação política africanos se deu especialmente nos anos 1960 e 1970, dando a ilusão de que o colonialismo havia se tornado um período no passado na medida em que as recém-nascidas nações independentes encontravam o seu próprio caminho político (BONNICI, 1998). Com os movimentos de descolonização, então, imaginou-se que as literaturas dos povos recém independentes "estariam livres de manipulações coloniais que as degradaram e que daqui

³⁸ World literature is an amazing resource for cultural investigations of all kinds. The breath-taking scope of international literature produces insight to understanding a range of issues active in international relations: common themes that unite literature and civilization. Each generation struggles to defend or transform the forces that enslave or liberate it, this occurs in the nation and the home (SHEERAN, 2007, p. 147).

³⁹ In reflecting on the value of literature in making sense of the complex process of decision-making in world politics, the scope of the subject is widened in a positive sense to include works and influences that would otherwise be ignored (SHEERAN, 2007, p. 22).

em diante teriam uma posição estética própria" (BONNICI, 1998, p. 07). Por tal motivo, é possível inferir de que toda a literatura africana denominada pós-colonial se caracterizou pela escrita literária desenvolvida em meados do século XXI. No entanto, foi possível perceber que a colonialidade não foi um elemento destruído juntamente da descolonização, e de que as raízes do imperialismo e do colonialismo se encontravam profundamente arraigadas em África.

É possível compreender, dessa maneira, que as literaturas advindas das diversas nações africanas se utilizaram da experiência de colonização, destacando as diferenças entre suas próprias experiências e a do poder imperial (BONNICI, 1998). Por conseguinte, a literatura africana vai se sistematizar durante o período histórico dos movimentos políticos de descolonização, e isso quer dizer que esse processo de fixação literária e de construção das identidades políticas se deu em um plano nacional bastante conturbado de guerra civil emancipatória (SOARES, 2011).

Com os desdobramentos dos conflitos internos "o impacto sobre a construção identitária da nação e sobre a literatura tem sido [foi] marcante" (SOARES, 2011, p. 105). É possível inferir, portanto, que a literatura perpassou por esse complexo cenário de disputas domésticas e internacionais, o que fez com que absorvesse os processos e momentos históricos com dinamicidade.

Feita esta breve contextualização histórica, é essencial destacar alguns aspectos relevantes da literatura em África para compreender melhor as suas funções exercidas ao longo da história. Conforme Eliane Soares (2011), as muitas literaturas africanas deveriam ser entendidas simplesmente como 'literatura'. Como qualquer outra literatura:

Ela é um produto da vida social e, como tal, surge em contextos específicos, transforma-se, diversifica-se, assume novas formas, cria estilos. Em África, como decorrência do processo de colonização, a literatura parece ter assumido uma posição especial: ela teria ocupado o lugar da antropologia, produzindo etnografias sobre o que seria o continente e os seus habitantes. [E] esse processo está diretamente ligado à ocupação colonial (SOARES, 2011, p. 100).

Isto quer dizer que a literatura em África foi marcada por um profundo ativismo de seus enunciadores, e tratou-se de uma literatura de luta e resistência, questionadora e produtora de uma identidade nacional, que dialogou com o passado, o presente e desvelou narrativas ocultas pela literatura colonial. Além do mais, a literatura se caracteriza como uma ferramenta que registra reflexões, críticas e mudanças de paradigma. Como comentado anteriormente, a literatura serve como uma rica fonte de conhecimento em África pois:

Instaura e desloca imagens e identidades sobre o mundo, numa comunicação de mão dupla, sendo talvez a chave para a compreensão das complexas teias culturais que se desdobram na atualidade, pois estrutura-se como um campo de saber fundamental para as culturas. Por sua comunicação dialógica com o mundo, a literatura representa, não somente, uma maneira de interpretá-lo, mas um modo de inventá-lo (TEOTÔNIO, 2013, p. 11).

E é exatamente a reinterpretação e a reinvenção das narrativas silenciadas pelo colonialismo que as literaturas de ficção pós-coloniais vão empreender. Para Thomas Bonnici (1998) tal produção literária:

Se preocupou com a preservação e documentação da literatura produzida pelos povos degradados como "selvagens", "primitivos" e "incultos" pelo imperialismo; a recuperação das fontes alternativas da força cultural de povos colonizados; o reconhecimento das distorções produzidas pelo imperialismo e ainda mantidas pelo sistema capitalista mundial (BONNICI, 1998, p. 10).

Tratar da literatura pós-colonial, portanto, é retirar a África de seu papel histórico como objeto de conhecimento das ciências sociais modernas e trazê-la para o protagonismo de sua própria construção literária (SOARES, 2011).

Em se tratando de literatura ficcional em África, entende-se de que ela reúne elementos factíveis à realidade, transforma cenários e cria novas percepções. Para Inocência Mata (2007):

A literatura, baralhando os "canônicos" eixos da dimensão prazerosa e gnoseológica, do prazer estético e da função sociocultural e histórica, vai além da sua "natureza" primária, a ficcionalidade: *Mayombe* (1980) de Pepetela, *Neighbours* (1995), de Lília Momplé [...] são apenas [alguns] exemplos de como conhecimentos (histórico e antropológico-sociológico) se interseccionam com o prazer na significação destas obras (MATA, 2007, p. 02).

Em suma, a literatura africana contemporânea possibilita novas visões, mais acuradas e em conformidade com seu contexto, para a construção de uma experiência africana que vai de encontro às narrativas "oficiais" do colonialismo.

A perspectiva de Edward Said (2011, p. 4) sobre a importância da literatura em África está na ideia de que as histórias estão no centro da construção das "regiões estranhas do mundo", ou seja, fazem parte dos povos colonizados de maneira a "afirmar sua identidade e a existência de uma história própria". E com isso, reitera o fato de não se considerar a África como um ator único, mas sim um espaço preenchido por diversas histórias:

O poder de narrar, ou de impedir que se formem e surjam outras narrativas, é muito importante para a cultura e o imperialismo, e constitui uma das principais conexões entre ambos. Mais importante, as grandiosas narrativas de emancipação e esclarecimento mobilizaram povos do mundo colonial para que se erguessem e acabassem com a sujeição imperial (SAID, 2011, p. 11).

A respeito disso, afirma-se a necessidade de se construir novas narrativas que refutem a história "única" de África erigida pela visão estereotipada ocidental. Chimamanda Ngozi Adichie, escritora nigeriana, alertou acerca do "perigo da história única". Adichie (2009) compartilhou histórias pessoais de sua infância na Nigéria em que, desde pequena era leitora assídua

"[eu] escrevia exatamente os tipos de histórias que eu lia. Todos os meus personagens eram brancos de olhos azuis. Eles brincavam na neve. Comiam maçãs. [...] Eu nunca havia estado fora da Nigéria. Nós não tínhamos neve, nós comíamos mangas." (CHIMAMANDA...2009).

Em toda a sua escrita durante a juventude, Chimamanda punha no papel as referências às quais era exposta, às literaturas a que tinha em mãos e, nesse caso, a literatura essencialmente ocidental, estrangeira.

[...] as coisas mudaram quando eu descobri os livros africanos. Não havia muitos disponíveis e eles não eram tão fáceis de encontrar quanto os livros estrangeiros, mas devido a escritores como Chinua Achebe e Camara Laye eu passei por uma mudança mental em minha percepção da literatura. [...] Eu comecei a escrever sobre coisas que eu reconhecia. Bem, eu amava aqueles livros americanos e britânicos que eu lia. Eles mexiam com a minha imaginação, me abriam novos mundos. Mas a consequência inesperada foi que eu não sabia que pessoas como eu podiam existir na literatura. Então o que a descoberta dos escritores africanos fez por mim foi: salvou-me de ter **uma única história** sobre o que os livros são" (CHIMAMANDA...2009, grifo nosso).

A palestra proferida pela autora Chimamanda Ngozi Adichie revela muito do seu projeto literário em recontar histórias de uma África plural e dispersa dos olhares unicamente ocidentais (TEOTÔNIO, 2015), e ilustra o poder das narrativas literárias como fonte de conhecimento em África. O exemplo de Adichie, assim como outros escritores africanos, busca trazer as narrativas "deformadas pelo colonialismo e pelo imperialismo" (TEOTÔNIO, 2015) através de uma reinterpretação sob o ponto de vista africano.

Sob o fundamento do pensamento e da literatura decolonial, tenta-se aplicar uma revisão das narrativas europeias colonizadoras ao colocar os sujeitos pós-coloniais em condição de protagonismo em sua própria história (TEOTÔNIO, 2015). Para tal, a literatura se impõe, como aponta Mata (2007), a via em que:

As linhas do pensamento intelectual se revelam, e se vêm revelando, em termos de várias visões sobre o país e identidades sociais, coletivas e segmentais, conformadas nas diversas perspectivas e propostas textuais.

Não obstante, a literatura vai se configurar como uma forma de conhecer a identidade de uma nação, um país, de adentrar em perspectivas e histórias mal contadas e, em muitos casos, inexistentes, silenciadas pela literatura colonial (CHAVES, 2004). Sobre esse ponto de vista, então, enfatiza-se a literatura como importante objeto de estudo das teorias pós-coloniais.

Para Teotônio (2013, p. 11), a literatura "exprime enquanto documento histórico e objeto estético as décadas de silenciamento dos povos colonizados". Neste caso, as literaturas pós-coloniais desenvolvida pelos escritores e autores africanos vão, então, desafiar o cânone ocidental literário, tal qual sua formação e constituição (BONNICI, 1998, p. 16). Ainda como aponta Bonnici:

Não somente a ligação entre o cânone literário e o poder é um fato indiscutível, mas também a sua utilização para fixar a superioridade do colonizador [...] e relegar à periferia qualquer manifestação cultural e literária oriunda da colônia" (BONNICI, 1998, p. 16).

Com isso, nota-se que a colonialidade do conhecimento, tal qual discutida no capítulo anterior, não é diferente no que tange ao campo da literatura. Utilizando-se da linha⁴⁰ que separa o conhecimento ocidental do conhecimento do Outro, na dicotomia entre colonizador/colonizado, toda a literatura que advinha das colônias e escrita por nativos era considerada marginalizada e desprovida de saber (SAID, 2011). A literatura ocidental, com base no pensamento colonial da divisão epistêmica, imbuía-se como "essencial, indiscutível, influenciando e impondo estilos literários", enquanto pelo outro lado a "literatura pós-colonial é fixada como tributária, dependente e imitativa" (BONNICI, 1998, p. 16).

Compreender as narrativas silenciadas pelos cânones ocidentais, bem como desmascarar a perspectiva colonizadora literária, para Teotônio (2013, p. 16) "gera fundamentos para construir uma nova historiografia literária, adaptada a uma nova época em que se persegue a descolonização das mentes e do saber". As literaturas pós-coloniais vão, então, encontrar a desobediência epistemológica e instigar uma desaprendizagem essencial do conhecimento (Mignolo, 2008), de forma a desocultar as vozes dos sujeitos

⁴⁰ Referimo-nos aqui à linha abissal proposta por Santos (2009), que divide o colonizador do colonizado no campo do saber.

coloniais. Ao fim, como sintetiza Bonnici (1998, p. 20) as narrativas pós-coloniais vão se consolidar justamente nesse contexto de subversão ao cânone ocidental, desenvolvendo-se por um método próprio que permita ao sujeito pós-colonial, através da literatura, (re)contar sua história, enunciando-se com base em sua própria experiência ativa.

A próxima seção diz respeito às funções exercidas pela literatura ficcional em África. Tratar-se-ão a escrita literária relacionada aos processos emancipatórios políticos dos países africanos e o seu papel exercido por esse momento histórico, e como a literatura de ficção contribui para a construção de uma modernidade própria africana. Estas duas caracterizações são importantes para interpretar as narrativas literárias de Nzinga, as quais foram escritas sob ambas visões.

3.3 As funções exercidas pela literatura de ficção em África: do processo de emancipação política a construção de uma modernidade própria

Os escritores literários em África exerceram um notável protagonismo na luta pela emancipação política nacional, trazendo à literatura um caráter nacionalista, subversivo e libertário (LIMA REIS, 2002). Conforme assinala Mata (2007), o texto literário, enquanto representação do imaginário, é um objeto considerável na construção identitária das sociedades emergentes, alocadas em um espaço tensionado pós-colonização. Bonnici (1998) classifica a estratégia das literaturas "dominadas" de forma dupla:

(1) **Uma tomada de posição nacionalista**, quando a literatura pós-colonial assegura a si mesma uma posição determinante e central e (2) **quando questiona a visão europeia e eurocêntrica do mundo**, desafiando a sistematização de pólos antagônicos (dominador-dominado) para regulamentar a realidade (BONNICI, 1998, p. 18, grifo nosso)

A primeira estratégia elencada tem como base a reinterpretação das obras literárias do cânone ocidental europeu, enquanto a segunda refere-se à reescrita das obras literárias ocidentais para reestruturar e recontar realidades descritas no passado sob os termos coloniais (BONNICI, 1998). É importante frisar, novamente, de que o intuito não está em reverter a ordem hierárquica estabelecida entre colonizador e colonizado, mas sim de questionar e refletir os paradigmas que sustentam essa dinâmica.

A primeira estratégia das literaturas africanas a qual se refere Thomas Bonnici é a de reinterpretação das narrativas ocidentais do passado colonial. Segundo Chaves:

Compreender a relevância da proposta de recuperação do passado, mesmo que tal processo se faça através de uma reinvenção, pressupõe desvendar a natureza do colonialismo, atentando-se para dados que, ao ultrapassar a esfera da exploração econômica a que foram submetidos os povos oprimidos, exprime a política de despersonalização cultural própria da empresa [colonial] (CHAVES, 2004, p. 148).

Nessa perspectiva, a submissão perpetrada pelo colonizador conduz ao desligamento do sujeito colonizado com o passado, expurgado de sua própria história (CHAVES, 2004). Com isso, o resgate à memória ao passado se transforma em uma empreitada de renovação e reinterpretação do passado, e é a partir dessa estratégia que "são lançadas as bases para uma literatura afinada com o projeto de libertação" (CHAVES, 2004, p. 150). Para Homi Bhabha (1998), a relação cultural entre as fronteiras do colonialismo exige:

Um encontro com "o novo" que não seja parte do continuum de passado e presente. Ele cria uma ideia do novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela renova o passado, reconfigurando-o como um "entre-lugar" contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O "passado-presente" torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver (BHABHA, 1998, p. 27)

Este sentimento utópico e revolucionário marcou, principalmente, as décadas de 1960 e 1970, em meio aos processos de descolonização política africanos. Para Lima Reis (2002, p. 203) "escrever, então, é escrever a utopia, um projeto de nação imaginada, sonhada através de alegorias nacionais".

Temos então, que as literaturas vão exercer um papel fundamental à descolonização como:

Dispositivos de invenção das nações independentes, emergentes do colonialismo, numa tentativa, muitas vezes frustrada, de reconstituição de supostas tradições culturais que poderiam ajudar a construir as identidades dos países recém-formados no século XX. Nas novas nações que se formaram, com o objetivo de criar uma identidade em confronto com aqueles que as dominavam, a literatura era o **veículo de resistência e nacionalismo** (TEOTÔNIO, 2013, p. 11, grifo nosso).

Enquanto campo de batalha e subversão, é através da literatura que muitas nações vão encontrar o estímulo para resistirem ao colonialismo, destacando-se a literatura africana e sua representatividade expressiva na questão (TEOTÔNIO, 2015). Diversos escritores e ativistas africanos vão, inclusive, encontrar na atividade literária uma maneira de lutar pela libertação nacional, e muitos, inclusive, vão conciliar tal atividade na participação

ativa pela luta armada e/ou na vida política de seus países (LIMA REIS, 2002). Durante esse período de luta contra a colonização, as literaturas dos países africanos:

[...] Sendo as detentoras mais urgentes de saberes, em comunidades com sérios problemas educacionais, tiveram papel importante para a compreensão do período e para a luta anticolonial, o que se pode entender também pela adesão da escrita literária por muitos intelectuais ativistas. As literaturas africanas, assim como outras, tentaram afirmar as identidades de seus países, saqueados culturalmente pelo colonialismo, culminando num movimento nacionalista e de resistência, em que a obra literária era usada por muitos escritores como arma na guerra colonial (TEOTÔNIO, 2015, p. 01).

Dentre esses autores africanos, destacam-se alguns nomes a este trabalho, como o angolano Pepetela⁴¹, autor que foi ativista literário e atuante politicamente (LIMA REIS, 2002) e Manuel Pedro Pacavira que, inclusive, utiliza-se de seu texto *Nzinga Mbandi* (1985) como método de compreensão de um passado longínquo para reinterpretar o presente (CHAVES, 2004). Ambos os autores foram nomes relevantes para resgatar a memória de Nzinga e iluminar sua narrativa. O retorno ao passado para trazer à contemporaneidade mitos fundadores e heróis, onde se enquadra a história da rainha, tornou-se uma forma de gerar as novas identidades africanas "em formação" (CARREIRA, 2007). A transmissão reinterpretada desses conteúdos históricos, conclui Mata (2007, p. 02), é:

A ideia de que o autor – em pleno domínio e responsabilidade sobre o que diz, ou faz as suas personagens dizerem – psicografa os anseios e demônios de sua época, dando voz àqueles que se colocam, ou são colocados, à margem da 'voz oficial': daí poder pensar-se que o indizível de uma época só encontra lugar na literatura.

No entanto, é possível notar que as literaturas dos países africanos acabaram por adentrar em lugares imaginários da utopia libertária, tema que se tornou persistente nos sistemas literários (MATA, 2007). Nesse contexto, Mata (2007) ainda coloca que:

Há implicações destes lugares num dispositivo textual em que se torna recorrente o jogo entre construção identitária nacional e seu questionamento quanto ao conteúdo e formas incluídas, por via da pulverização do modelo de africanidade que a literatura anticolonial propôs, não resulte relativizado pela **retórica da idealização pós-colonial** nem olhado de forma monolítica. (MATA, 2007, p. 06, grifo nosso).

⁴¹ Autor da *Gloriosa Família: os tempos de flamingos* (1997), texto em que traz a rainha Nzinga como personagem literária.

Logo, Teotônio (2015, p. 01) levanta a questão: "Teria a África e suas literaturas que lidar sempre com o passado colonial?". O pós-nacionalismo, por assim dizer, revelou "fracturas da homogeneidade sócio-histórica e cultural decorrente de uma ideologia que convinha a um poder totalizante, como o que saiu das independências" (MATA, 2007, p. 06), demandando uma releitura desse nacionalismo interpretado na literatura. Tais ideais de nação passaram pela análise da realidade pós-revolucionária, marcada pela violência exacerbada das batalhas de libertação e o cenário de guerra civil (LIMA REIS, 2002). Em suma:

É preciso que se busque um entendimento da África na sua contemporaneidade, na defesa de uma cultura ativa e não numa identidade auto-excluída que apela para o ressentimento e a folclorização do passado [...], na vanguarda de suas literaturas e na riqueza de sua diversidade, sem com isso arrancar da história o passado que agora deve ser reinventado, como um passado de resistência e não de escravidão (TEOTÔNIO, 2015, p. 01)

Conforme comentado anteriormente, as literaturas dos povos colonizados se traduziram por uma estratégia literária dupla (BONNICI, 1998). Foi discutido acerca do caráter nacionalista e a função de luta pela libertação colonial das literaturas africanas como funções exercidas pela primeira estratégia literária: a reinterpretação e reinvenção do passado escrito pelo colonialismo. Porém, as utopias e a exacerbação com os processos de emancipação política exigiram uma revisão da estratégia literária e demandou aos escritores e ativistas africanos contemporâneos uma crítica aos caminhos tomados pelas recém-independentes nações a oferecer respostas para o fim das utopias revolucionárias (LIMA REIS, 2007).

Para tanto, a segunda estratégia literária, segundo Bonnici (1998) se dá pela reescrita e reestruturação das realidades africanas erguidas sob a visão colonial. A consciência da ruptura engendrada pelo colonialismo, segundo Chaves (2004, p. 152) "é clara e ilumina a inevitabilidade da situação que mesmo a independência não pôde solucionar". Ou seja, diante do cenário que se abre, o regresso e recuperação integral do passado se torna impossível e à literatura só cabe uma saída: "dinamizar o legado, apropriar-se daquilo que outrora foi instrumento de dominação [...]" (CHAVES, 2004, p. 152).

As literaturas africanas vão, então, deslocar-se de sua função nacionalista adquirida nos movimentos de descolonização para conceber uma Modernidade própria, desvinculada à Modernidade/Colonialidade ocidental. No entanto, tal deslocamento

demanda uma saída à tradição literária formada pelos processos descolonizadores e pelas nações recém independentes. Essas literaturas:

Ao entenderem o desgaste produzido pela tentativa de conquistar uma identidade própria às nações africanas, refletem a impossibilidade de volta ao passado pré-colonial e constataam a hibridez de seus países, como resultado também de uma realidade existente antes mesmo da colonização (TEOTÔNIO, 2013, p. 11).

A mudança de pensamento revelada pelo texto literário africano nada mais é do que o reflexo de sua própria sociedade, na percepção da hibridez⁴² cultural salientada pelas consequências da colonização.

Essa nova empreitada literária africana iniciou ao final do século XX, tendo como um de seus expoentes o autor angolano Pepetela (TEOTÔNIO, 2013). O reconhecimento de tal hibridização cultural fez com que os escritores africanos passassem a representar, através da literatura, "um olhar modernizado sobre a África, sem querer mostrar um continente novo, mas atualizado" (TEOTÔNIO, 2013, p. 37). Os escritores africanos da contemporaneidade:

Se encontram entre novos problemas que ultrapassam a herança da colonização. As elites locais são agora os novos alvos das problemáticas tratadas pela literatura, não especificando o colonizador como vilão, mas denunciando os vilões locais, mentes colonizadoras geradas pela criação dos Estado-nações [...], pelos encontros culturais trazidos pela globalização, dentre as dificuldades políticas e de sobrevivência na África" (TEOTÔNIO, 2013, p. 38).

E, dentro dessa nova mentalidade:

Os temas ultrapassam a lógica do colonizador-colonizado, identidade-diferença, nacionalismo-universalismo ou tradição-modernidade. Misturados, confundem os sujeitos e suas criações; o universo africano é híbrido e problemático e leva aos indivíduos a terem identidades plurais, a jogar com os mesmos binômios, como colonizador e colonizado, permanecendo enraizados nessas culturas, determinando, ainda, a lógica de comportamento das sociedades (TEOTÔNIO, 2013, p. 38).

Propriamente à sua hibridez, é interessante apontar também o papel do idioma como meio de subversão literária. As literaturas africanas, em sua maioria, se fazem ouvir a partir da

⁴² Conforme Canclini (2008, p. 19) citado por Teotônio (2013, p. 37), as hibridizações "são processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas".

língua do colonizador, mas "essas não são iguais às literaturas das línguas de seus colonizadores" (TEOTÔNIO, 2013, p. 42). A língua foi, sem dúvida, uma das mais expressivas rupturas perpetradas pelo colonizador, ao afastar do sujeito colonial o seu idioma de origem:

Impedido de falar sua língua, o dominado também não tem total acesso à língua do colonizador. Seu universo fica assim comprometido pelo risco da incomunicabilidade, que levaria à morte de toda e qualquer forma cultural. Para fugir à situação de emparedamento, a saída deve se guiar pelo pragmatismo, ou seja, para expressar a luta contra o mal que se abateu sobre o seu mundo, é necessário valer-se de um dos instrumentos de dominação: a língua do outro. Praticamente toda a literatura angolana é escrita em Português. Mas a aceitação não será passiva. E a resistência aí se vai mostrar na insubmissão à gramática da ordem. No campo semântico, lexical e até sintático, se registram construções que procuram aproximar a língua poética da fala popular. Essa mesclagem confirma a direção da travessia: o encontro com aqueles grupos mantidos até então à margem (CHAVES, 2004, p. 152-153)

Mia Couto (2009) explana acerca dessa temática ao expressar que a língua imposta pelo colonizador se torna uma língua de migração, um veículo de deslocamento entre a cultura colonial e a metropolitana. Para ele:

A política portuguesa em África foi orientada no sentido de fabricar uma camada social — os assimilados — capaz de gerir a máquina do Estado colonial. Os candidatos a assimilados deviam virar costas à sua religião, à sua cultura, às suas raízes. Uma das fronteiras entre os chamados civilizados e os não civilizados (os denominados indígenas) passava pelo domínio da língua do colonizador (COUTO, 2009, p. 93).

Nesse sentido, a linguística exerceu um protagonismo essencial na escrita literária pois, por mais que fosse um idioma oriundo do colonizador, através da literatura pôde contribuir para encontrar uma identidade idiomática própria.

Nota-se, então, que as literaturas africanas contemporâneas vão procurar desenvolver a sua própria modernidade, afastadas da modernidade ocidental imposta às sociedades pós-coloniais, dos padrões homogeneizantes e da subalternização individual. A "'modernidade própria' procurada, a partir da comunicação das literaturas africanas com suas sociedades, é uma modernidade com identidades rizomáticas, visando dar voz àqueles sujeitos antes ocultados" (TEOTÔNIO, 2013, p. 12, grifo nosso). Para Eisenstadt (2001), a modernidade não é homogeneizante e a constituição de "programas culturais" em sociedades de diferentes níveis permitiu "múltiplas modernidades".

Uma das implicações mais importantes do termo "modernidades múltiplas" é que a modernidade e a ocidentalização não são idênticas; os padrões ocidentais de modernidade não constituem as únicas modernidades "autênticas", apesar de gozarem de precedência histórica e de continuarem a ser um ponto de referência básico para os restantes (EISENSTADT, 2001, p. 140).

Por causa de o processo "modernizador" ocidental perpetuado nas colônias ter sido aplicado sob uma visão de "modernidade homogeneizadora, totalizadora e diferenciadora, baseada no desenvolvimento da modernidade no ocidente" (TEOTÔNIO, 2013, p. 31), este acabou por culminar em projetos nacionalistas que iam de encontro a modernização imposta.

Finalmente, a recusa da modernidade ocidental pelas sociedades coloniais estimulou uma produção literária que procurou (e procura) refutar a modernidade ocidental impositiva, silenciadora de culturas, para acionar uma modernidade fundamentada em uma perspectiva própria e independente. Em outras palavras, a reinvenção de um projeto cultural da modernidade, pelas sociedades não-ocidentais, não objetiva construir uma modernidade na tentativa de se equiparar ou atingir os parâmetros da modernidade ocidental, mas sim de contrapor a mesma e resistir à incorporação de uma modernidade que não lhes é devida, e ir em busca da sua própria (TEOTÔNIO, 2013).

Feita a explanação, tornou-se possível perceber como a literatura de ficção em África pode servir como instrumento descolonial para as Relações Internacionais. Além disso, a escrita literária ficcional possibilita uma contra-narrativa ao revelar as histórias invisibilizadas pelo colonialismo, através da reinterpretação e reinvenção de histórias e na construção de uma própria modernidade africana. Nesse sentido, o caso de Nzinga é exemplar. Não somente a literatura de ficção de Nzinga revela novos pontos de vista sobre sua narrativa, como também aporta às Relações Internacionais temas como Imperialismo/Colonialismo, Diplomacia, Gênero, Raça e Escravidão. Temas, estes, que são fundamentais para se compreender a disciplina de Relações Internacionais na contemporaneidade. Assim sendo, este capítulo cumpre com o último objetivo específico e com o objetivo geral deste trabalho, encaminhando-se para a conclusão do problema de pesquisa elencado

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta monografia foi analisar, a partir do estudo de caso da rainha Nzinga, a importância de se introduzir a literatura de ficção no campo das Relações Internacionais para compreender as colonialidades em África.

O interesse em realizar esse estudo se deu para contribuir aos estudos pós-coloniais nas Relações Internacionais, sobretudo, a uma abordagem decolonial através da instrumentalização da literatura de ficção em África para tal. A maneira para se operacionalizar esta análise se deu pelo estudo de caso da rainha Nzinga e a sua intersecção literária para com as Relações Internacionais.

Conforme proposto para chegar ao objetivo geral da pesquisa, esta monografia cumpriu os objetivos específicos elencados. No primeiro capítulo foi analisada a narrativa de Nzinga e revelada as suas representações na literatura contemporânea em África. Compreendeu-se a historicidade da personagem e, a partir disso, foi possível analisar as representações que tiveram sua figura e a intersecção com a escrita literária. Observou-se, ademais, as diferenças interpretativas de Nzinga na relação entre o discurso oficial da época em que viveu e suas descrições na literatura africana posterior.

Com base no estudo de caso da rainha, foi possível se encaminhar ao segundo capítulo desta monografia. Tal capítulo objetivou elucidar as colonialidades em África denunciadas pela narrativa da rainha. Destacaram-se as colonialidades do conhecimento e a colonialidade de gênero, estas pertinentes ao se analisar a história de Nzinga, sobretudo por impactarem diretamente ao tema da literatura. Sobre isso, é importante fazer algumas considerações.

A colonialidade do conhecimento, tal qual discutida no segundo capítulo, erigiu uma divisão epistêmica do saber ao posicionar o conhecimento do ocidente em superioridade ao conhecimento não-ocidental. E, conseqüentemente, isso infere na produção literária ao qual esta monografia propõe discutir. Evidenciou-se de que a colonialidade impôs uma suposta universalidade epistêmica ao tratar do conhecimento ocidental como a fonte do saber científico do mundo, enquanto ao conhecimento não-ocidental relegou o papel de mito, lenda, crença e opinião subjetiva desprovidos de cientificidade. Tais asserções se tornaram bastante evidentes no discurso de Cavazzi (1965) ao enselvajar Nzinga e, em geral, o povo do Ndongo e Matamba, deslegitimando quaisquer produções de conhecimento e exemplos de conduta. Em contrapartida, a

literatura africana contemporânea tratou por desmistificar esse discurso ao atribuir identidades à Nzinga fora dos padrões ocidentais e do interesse colonial.

Ainda no segundo capítulo, foi exposto a colonialidade de gênero com base na análise da narrativa. Sob essa perspectiva, denota-se que falar das dicotomias hierárquicas de gênero e sexualidade ainda são pontos equívocos quando tratando dos povos diretamente colonizados. Ainda que, pela noção ocidental, compreende-se Nzinga como uma personagem do gênero feminino, o ponto de discussão é, sobretudo, para desafiar os cânones ocidentais generificados, questionar se, de fato, tais termos se aplicam a estas realidades e repensar as estruturas binárias opressivas impostas pela modernidade colonial. Nesse aspecto, a literatura de ficção representativa de Nzinga pouco contribui. Ainda que as produções literárias estudadas nesta monografia foram escritas por autores do Sul Global, empenhados em transpor o discurso colonial, é importante observar que os mesmos se enquadram na categoria do que entendemos pelo gênero masculino.

Por fim, o terceiro capítulo desta monografia teve o intuito de abordar a literatura de ficção em África. Atingiu-se o objetivo específico de retratar a produção literária africana como uma ferramenta descolonial das Relações Internacionais. Abordou-se a intersecção entre a disciplina em si e a própria Literatura, demonstrou-se a relevância que a literatura em África têm para a decolonialidade e se expressiu as funções exercidas pela mesma na contemporaneidade.

As informações levantadas pela bibliografia e os autores abordados nos capítulos do trabalho possibilitaram compreender que a literatura de ficção em África exerce uma função relevante para a decolonialidade das Relações Internacionais e o estudo de caso de Nzinga tornou possível interpretar essa afirmação. Sendo assim, a presente monografia buscou responder ao seguinte questionamento: Como a introdução da literatura de ficção em Relações Internacionais é importante para compreender as colonialidades em África, tal qual exposto pelo caso da rainha Nzinga?

Através do detalhamento do objetivo geral pelos objetivos específicos, tornou-se possível compreender de que a literatura de ficção africana em Relações Internacionais é importante pelo fato de que possibilita uma contra-narrativa ao revelar as histórias silenciadas e deturpadas pelo colonialismo, tal qual o exemplo trazido da rainha Nzinga. Ou seja, afirma-se a literatura de ficção em África como um instrumento decolonial das Relações Internacionais pois possibilita outras narrativas além das ocidentais, além de uma representação deturpada pela imposição colonial, que visava ao interesse próprio e absoluto acima dos povos colonizados. O estudo de caso da rainha se mostrou relevante,

portanto, para exemplificar de que a literatura de ficção em África traz historicidade às Relações Internacionais e, em quase nada, é fictícia.

Assim sendo, ao final desta pesquisa comprovou-se a hipótese geral de que a literatura de ficção africana em Relações Internacionais é importante pois possibilita justamente essa contra-narrativa ocidental ao revelar histórias silenciadas pelo colonialismo, como no exemplo trazido de Nzinga.

O estudo de caso trazido nesta monografia é um dentre os numerosos exemplos de narrativas ocultas pelo colonialismo, em especial sob a perspectiva das Relações Internacionais. Até o presente momento, não se tem conhecimento de trabalhos acadêmicos na disciplina que abordem Nzinga no Brasil. Por tal motivo, esta monografia contribui para os estudos pós-coloniais das Relações Internacionais e para recontar histórias alteradas pela colonialidade.

REFERÊNCIAS

- AGUALUSA, José Eduardo. *A rainha Ginga: E de como os africanos inventaram o mundo*. Luanda: Quetzal, 2014.
- ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BISCHOFF, P.; KWESI, A; ACHARYA, A. Introduction. Africa in Global International Relations: emerging approaches to theory and practice. In:_. *Africa in Global International Relations: emerging approaches to theory and practice*. London: Routledge, 2016, p. 01-19.
- BONNICI, Thomas. Introdução ao estudo das literaturas pós-coloniais. *Mimesis*, Bauru, v. 19, n. 1, p. 07-23, 1998.
- CADORNEGA, Antonio Oliveira de. *História geral das Guerras Angolanas, 1680*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1972. 3 tomos.
- CAPAN, Zeynep Gulsah. Decolonising International Relations? *Third World Quarterly*, v. 38, n. 1, p. 01-15, 2017.
- CARREIRA, Shirley de Souza Gomes. O outro pé da sereia: o diálogo entre história e ficção na representação da África contemporânea. *Vertentes*, São João Del-rei, v. 30, n. 1, p. 01-14, jul. 2007.
- CARVALHO, Glauber; ROSEVICS, Larissa (Orgs.). *Diálogos internacionais: reflexões críticas do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: PerSe, 2017.
- CAVAZZI, de Montecúcculo, Giovanni Antonio. *Descrição histórica dos três reinos, do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: JIU, 1965. 2 v.
- CESAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Sá da Costa, 1978.
- CHAVES, Rita. O passado presente na literatura africana. *Via Atlântica*, São Paulo, n. 7, p. 147-161, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/49794>>. Acesso em: 09 abr. 2018.
- CHIMAMANDA, Ngozi Adichie. *O perigo de uma única história*. Oxford: TED Conference, 2009. P&B. Legendado. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt-br#t-3413>. Acesso em: 09 abr. 2018.
- COSTA, Sergio. Pós-colonialismo e différence. In: _____. *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- COUTO, Mia. *E se Obama fosse africano?* Luanda: Companhia das Letras, 2009.

DOMINGUES, Joelza Ester. *Nzinga abre guerra contra os portugueses (parte 2)*. Disponível em: <<http://www.ensinarhistoriajoelza.com.br/nzinga-guerra-portugueses/>>. Acesso em: 30 maio 2018.

EISENSTADT, S. N. Modernidades múltiplas. *Revista: Sociologia: problemas e práticas*, n. 35, p. 139-163, 2001.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FONSECA, Mariana Bracks. *Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola. Século XVII*. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História Social, História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GLASGOW, Roy. *Nzinga: resistência africana à investida do colonialismo português em Angola, 1582- 1663*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

GROSGOUEL, Ramon. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 115-147, 2008.

HAVIK, Philip. Matronas e Mandonas: parentesco e poder feminino nos rios de Guiné (século XVIII). In: PANTOJA, Selma (org.) *Entre Áfricas e Brasis*. Brasília: Paralelo 15, 2001.

HOUNTOUNJJI, Paulin J. Conhecimento de África, Conhecimento de Africanos: duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. In: SANTOS, Boaventura de Souza et al (Org.). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 119-130.

KLEIN, Julie Thompson. *Interdisciplinary: History, Theory and Practice*. Detroit: Wayne State University, 1990.

LEDA, Manuela Corrêa. *Teorias pós-coloniais e decoloniais: para repensar a sociologia da modernidade*. 2014. 47 f. Monografia (Especialização) – Curso de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

LIMA REIS, Eliana Lourenço. As Literaturas Africanas em Tempos Pós-Utópicos. *Aletria: Revista de Estudos de Literatura*, [S.l.], v. 9, p. 202-210, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/1313>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

LUGARINHO, Mário César. A apoteose da rainha Ginga: gênero e nação em Angola. *Revista Cerrados*, Brasília, v. 25, n. 41, p. 88-96, jan. 2016.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

MATA, Inocência. Representações da rainha Njinga/Nzinga na literatura angolana. In: MATA, Inocência (Org.). *A rainha Nzinga Mbandi: História, memória e mito*. Lisboa: Edições Colibri, 2012, p. 24-46.

MATA, Inocência. A crítica literária africana e a teoria pós-colonial: um modismo ou uma exigência? *O marrare – revista da pós-graduação em literatura portuguesa*, Rio de Janeiro, ano 7, n. 8, 2007. Disponível em: <<http://www.omarrare.uerj.br/numero8/pdfs/inocencia.pdf>> Data de acesso: 02 abr. 2018.

MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 05-10, mar. 2008.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica. A opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*. Dossiê Literatura, língua e identidade, Rio de Janeiro, n. 34, p. 287-324, 2008.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 34-54.

MIGNOLO, Walter D. COLONIALIDADE: O LADO MAIS ESCURO DA MODERNIDADE. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [s.l.], v. 32, n. 94, p.01-18, 2017. ANPOCS. <http://dx.doi.org/10.17666/329402/2017>.

MILLER, Joseph C. Nzinga of Matamba in a new perspective. *The Journal Of African History*, Cambridge, v. 2. p. 1-16. jan. 1975. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/180812?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 02 fev. 2018.

MUSSA, Alberto. *O trono da rainha Jinga*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

OLIVEIRA, Ingrid Silva de. *O olhar de um capuchinho sobre a África do século XVII. A construção do discurso de Giovanni Antonio Cavazzi*. 2011. 152 p. Dissertação (Mestrado em História, Estado e relações de poder). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2011.

PANTOJA, Selma. O ensino da história africana: metodologias e mitos – o estudo de caso da rainha Nzinga Mbandi. *Revista Cerrados*, Brasília, v. 19, n. 30, p. 315-328, mar. 2010.

PACAVIRA, Manuel Pedro. *Nzinga Mbandi*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1985.

PEPETELA. *A gloriosa família: O tempo dos flamingos*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

PINTO, Alberto Oliveira. Representações culturais da Rainha Njinga Mbandi (c.1582-1663) no discurso colonial e no discurso nacionalista angolano. 2014. Em: Estudos Imagética, coords. Célia Cristina da Silva Tavares e Maria Leonor García da Cruz. Rio de Janeiro, UERJ / CH-FLUL. 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. *Perú Indígena*, Lima, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1991.

RACIOPPI, Linda; TREMONTE, Colleen. Literature and International Relations. *Academic Exchange Quarterly*, Detroit, v. 7, n. 3, p. 1-4, set. 2003.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* São Paulo: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Maria Rosa Dória. Gênero e colonialidade. *Sankofa: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 53-59, dez. 2011.

ROCHA, Denise. Imagens da diplomacia de Nzinga Mbandi Ngola, em Luanda, no ano de 1621: História, gravuras e narrativa (Pepetela). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DA IMAGEM, 3, 2011, Londrina. Anais. Palmas:Unitins, 2011, p. 847-857.

SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Souza et al (Org.). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 23-72.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos Ces*, Coimbra, v. 1, n. 18, p. 106-131, dez. 2012.

SERRANO, Carlos M. H. Ginga, a rainha quilombola de Matamba e Angola. *Revista USP*, n. 28, p. 136-141, mar. 1996. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28370>>. Acesso em: 24 fev. 2018.

SHEERAN, Paul. *Literature and International Relations: Stories in the art of diplomacy*. Londres: Routledge, 2007.

SOARES, Eliane Veras. Literatura e estruturas de sentimento: fluxos entre Brasil e África. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 26, n. 2, p. 95-112, ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922011000200006&lng=n&nrm=iso>. Acesso em: 15 mai. 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Ufmg, 2010.

TEOTÔNIO, Rafaella Cristina Alves. Chimamanda Ngozi Adichie: Por outras histórias da África. *Litcult*, Recife, v. 8, n. 1, p. 1, jan. 2015. Disponível em: <<http://litcult.net/chimamanda-ngozi-adichie-por-outras-historias-da-africa/>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

TEOTÔNIO, Rafaella Cristina Alves. *Por uma modernidade própria: o transcultural nas obras Hibisco roxo, de Chimamanda Ngozi Adichie, e O Sétimo Juramento, de Paulina Chiziane*. 2013. 120 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Literatura e Interculturalidade, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2013.

THIONG'O, Ngũgĩ Wa. Introduction. In: THIONG'O, Ngũgĩ Wa. *Decolonising the mind: the politics of language in African literature*. Harare: East African Publishers, 1986, p. 01-114.

THORNTON, John K. Legitimacy and political power: queen Njinga. 1624-1663. *The Journal of African History*, v. 32, n. 1, 1991, p. 25-40.

VAN WYCK, Jo-Ansie. Africa in International relations: agent, bystander or victim? In: BISCHOFF, P.; KWESI, A; ACHARYA, A. *Africa in Global International Relations: emerging approaches to theory and practice*. London: Routledge, 2016, p. 108-118.

WALSH, Catherine. ¿Son posibles unas ciencias sociales/ culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. *Nómadas (Col)*, Universidad Central Bogotá, Colombia, n. 26, p. 102-113, 2007.

WEBER, Priscila. Nzinga Mbamdi: representações de poder e feminilidade na obra do padre Cavazzi de Montecúccolo. *Aedos*, Porto Alegre, v. 3, n. 7, p. 01-14, jan. 2011.

WIESER, Doris. A Rainha Njinga no diálogo sul-atlântico: gênero, raça e identidade. *Iberoamericana*, Lisboa, v. 17, n. 66, p. 32-53, jan. 2014.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001.